



**FACULDADE DE INHUMAS – FACMAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

VOLNEI CUSTÓDIO

**EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NOTURNO:
DETERMINANTES SOCIAIS, CULTURAIS E HISTÓRICOS**

**INHUMAS-GO
2024**

VOLNEI CUSTÓDIO

**EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NOTURNO:
DETERMINANTES SOCIAIS, CULTURAIS E HISTÓRICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação da Faculdade de Inhumas – FacMais –, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação, Cultura, Teorias e Processos Pedagógicos.

Orientadora: Profa. Dra. Selma Regina Gomes.

**INHUMAS-GO
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca Cora Coralina – FacMais

R672c

Custódio, Volnei

Evasão escolar no Ensino Médio noturno: determinantes sociais, culturais e históricos / Volnei Custódio. – Inhumas, 2024.

87 f.: il.

Dissertação (mestrado) - Centro de Educação Superior de Inhumas - FacMais, Mestrado em Educação, Inhumas, 2024.

Orientadora: Dra. Selma Regina Gomes.

1. Educação; 2. Política Públicas; 3. Evasão Escolar; 4. Ensino Médio Noturno; 5. I. Título.

CDU: 37

VOLNEI CUSTÓDIO

EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NOTURNO: DETERMINANTES SOCIAIS, CULTURAIS E HISTÓRICOS

A Banca Examinadora abaixo aprova a dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Inhumas – FacMais, como parte da exigência para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Selma Regina Gomes (Orientadora)
Faculdade de Inhumas – FacMais

Profa. Dra. Maria Luiza Gomes Vasconcelos
Faculdade de Inhumas – FacMais

Profa. Dra. Maria Goretti Quintiliano Carvalho
Universidade Estadual de Goiás – UEG

Junho/2024

A Deus, “porque dEle, e por Ele, e para Ele são todas as coisas” (Romanos 11:36).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me conceder o dom da vida e a oportunidade de alcançar esta conquista. Sem Ele, nada disso teria sido possível. Tudo é por Ele e nada sem Ele.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que contribuíram de maneira significativa para a conclusão desta dissertação de mestrado. Este trabalho representa não apenas o resultado de minha pesquisa, mas também reflete a generosidade, o apoio e a orientação de muitas pessoas incríveis.

Agradeço também à minha família, especialmente à minha esposa e aos meus filhos, por apoiarem este projeto pessoal e profissional. Sou grato pelo amor incondicional, pelo apoio moral e pelo constante encorajamento ao longo desta jornada acadêmica. A compreensão e a paciência de vocês foram pilares essenciais durante os momentos desafiadores que enfrentei.

À minha orientadora, Profa. Dra. Selma Regina Gomes, expresso minha gratidão pela orientação sábia e pelo apoio constante, que foram fundamentais para o desenvolvimento deste estudo. Sua experiência e paciência foram cruciais em todas as etapas do processo.

Aos colegas do mestrado, que tanto me ajudaram ao longo das aulas, deixo meu agradecimento pelas discussões inspiradoras, pelas colaborações frutíferas e pelo ambiente acadêmico estimulante que proporcionaram.

Por fim, agradeço aos amigos e a todos que, de alguma forma, contribuíram para o sucesso desta dissertação. Cada palavra de incentivo e gesto amigável foi fundamental para manter minha motivação e dedicação.

Este trabalho é dedicado a todos que, de alguma maneira, fazem parte do meu percurso acadêmico e pessoal. Agradeço sinceramente a cada um de vocês por tornarem esta jornada memorável e enriquecedora.

*“Ensinar não é transferir conhecimento,
mas criar as possibilidades para a sua
própria produção ou a sua construção”.*
(Pedagogia da Autonomia, Paulo Freire)

CUSTÓDIO, Volnei. **Evasão escolar no Ensino Médio noturno: determinantes sociais, culturais e históricos.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Inhumas – FacMais, 2024.

RESUMO

Esta dissertação está vinculada à Linha de Pesquisa Educação, Cultura, Teoria e Processos Pedagógicos do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Inhumas – FacMais. O estudo apresenta uma reflexão sobre a evasão escolar no Ensino Médio noturno brasileiro, além de um panorama histórico sobre esse fenômeno. O objetivo foi compreender a formação histórica da evasão escolar, explorando os determinantes sociais, culturais e históricos que contribuíram para esse problema, especialmente no contexto do Ensino Médio noturno. Realizou-se um levantamento histórico das políticas públicas destinadas a reduzir a evasão, focando nas iniciativas adotadas no estado de Goiás, e uma análise dos fatores sociais e culturais que moldam a evasão nessa modalidade de ensino, baseando-se em revisão bibliográfica. As proposições e argumentos deste trabalho foram orientados pela seguinte questão: Qual é o panorama da evasão escolar no Ensino Médio noturno nos últimos anos? A evasão nessa fase educacional é um fenômeno complexo que impacta negativamente o sistema educacional e o desenvolvimento socioeconômico da sociedade, ocorrendo quando os alunos abandonam os estudos antes de completar a educação básica. Suas consequências são graves tanto para os indivíduos quanto para a coletividade. Para alcançar os objetivos desta pesquisa, foi conduzido um estudo teórico qualitativo, fundamentado em autores como Arroyo (1991, 1993), Baeta, Rocha e Brandão (1982), Bourdieu (2014), Cabral (2017), Cury (2005), Durkheim (2014), Ferreira (2001, 2011, 2013), Freire (2013), Gatti e Barreto (2009), Jencks (2005), Libâneo (1989), Neri (2009), Paro (2001), Patto (1997, 2022), Queiroz (2011), Rumberger (2011), Sibília (2012) e Sposito e Galvão (2004), que embasam teoricamente esta investigação. Assim, é fundamental abordar a evasão escolar de maneira integrada, considerando tanto fatores internos (como currículos pouco adaptados à realidade dos alunos) quanto externos (como desigualdades socioeconômicas, violência e gravidez na adolescência). Intervenções precoces, como o programa Busca Ativa, são necessárias para identificar sinais de desmotivação e dificuldades dos alunos antes que a evasão se torne inevitável. Políticas públicas e programas educacionais que incentivem a permanência escolar são essenciais para reduzir a evasão e promover igualdade de oportunidades educacionais. Além disso, é preciso valorizar o currículo e os métodos pedagógicos no Ensino Médio noturno, tornando o aprendizado mais significativo e envolvente, e transformando o ambiente escolar em um espaço acolhedor e atrativo para os jovens.

Palavras-chave: Educação. Políticas Públicas. Evasão Escolar. Ensino Médio noturno.

CUSTÓDIO, Volnei. **School dropout in nighttime high school: social, cultural, and historical determinants.** Dissertation (Master's in Education) – Faculty of Inhumas – FacMais, 2024.

ABSTRACT

This dissertation is linked to the Research Line on Education, Culture, Theory, and Pedagogical Processes of the Graduate Program in Education at Faculdade de Inhumas – FacMais. The study offers a reflection on dropout rates in Brazilian nighttime high schools, alongside a historical overview of this phenomenon. The aim was to understand the historical development of school dropout rates, exploring the social, cultural, and historical determinants that have contributed to this issue, particularly within the context of nighttime high schools. A historical review of public policies aimed at reducing dropout rates was conducted, focusing on initiatives implemented in the state of Goiás, as well as an analysis of the social and cultural factors shaping dropout rates in this educational setting, based on a literature review. The propositions and arguments of this work were guided by the following question: What is the panorama of school dropout rates in nighttime high schools in recent years? Dropout rates in this educational phase are a complex phenomenon that negatively impacts the educational system and socio-economic development of society, occurring when students abandon their studies before completing basic education. The consequences are severe for both individuals and society at large. To achieve the goals of this research, a qualitative theoretical study was conducted, drawing on authors such as Arroyo (1991, 1993), Baeta, Rocha and Brandão (1982), Bourdieu (2014), Cabral (2017), Cury (2005), Durkheim (2014), Ferreira (2001, 2011, 2013), Freire (2013), Gatti and Barreto (2009), Jencks (2005), Libâneo (1989), Neri (2009), Paro (2001), Patto (1997, 2022), Queiroz (2011), Rumberger (2011), Sibília (2012), and Sposito e Galvão (2004), who provide theoretical foundation for this investigation. Thus, it is crucial to address school dropout rates in an integrated manner, considering both internal factors (such as curricula that are not tailored to students' realities) and external factors (such as socio-economic inequalities, violence, and teenage pregnancy). Early interventions, like the Busca Ativa program, are necessary to identify signs of demotivation and student difficulties before dropout becomes inevitable. Public policies and educational programs that promote school retention are essential to reduce dropout rates and ensure equal educational opportunities. Furthermore, there is a need to value the curriculum and pedagogical methods in nighttime high schools, making learning more meaningful and engaging, and transforming the school environment into a welcoming and appealing space for young people.

Keywords: Education. Public Policies. School Dropout. Nighttime High School.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distorção idade: série no Ensino Médio no Brasil (2018 a 2022)	25
Gráfico 2 – Distorção idade: série no Ensino Médio em Goiás (2018 a 2022)	26
Gráfico 3 – Taxa de matrícula no Ensino Médio no Brasil (2019/2020)	52
Gráfico 4 – Taxa de matrícula no Ensino Médio em Goiás (2019/2020)	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Alunos que não frequentam a escola – Brasil (2022).....	32
Tabela 2 – Motivos para não frequentarem a escola: adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola (Brasil, 2019).....	32
Tabela 3 – Motivos para não frequentarem a escola: adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola – por sexo (Brasil, 2019).....	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALEGO	- Assembleia Legislativa de Goiás
CadÚnico	- Cadastro Único para Programas Sociais
CAFs	- Coordenadores Administrativos e Financeiros
CEE-GO	- Conselho Estadual de Educação de Goiás
CEENSINO	- Subcomissão Temporária para Debater e Avaliar o Ensino Médio no Brasil
CF/1988	- Constituição Federal de 1988
CREs	- Coordenações Regionais de Educação
EAD	- Educação a Distância
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	- Educação de Jovens e Adultos
ENCCEJA	- Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM	- Exame Nacional do Ensino Médio
FIRJAN	- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FUNDEB	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIBRAS	- Linguagem Brasileira de Sinais
MEC	- Ministério da Educação
MP	- Medida Provisória
PEE	- Plano Estadual de Educação
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNE	- Plano Nacional de Educação
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	- Projeto Político Pedagógico
PROUNI	- Programa Universidade para Todos
SAEB	- Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEDUC-GO	- Secretaria de Estado de Educação de Goiás
SIAP	- Sistema Administrativo e Pedagógico
SIGAE	- Sistema de Gestão para o Avanço Contínuo da Educação
UFG	- Universidade Federal de Goiás
UNICEF	- Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE A EVASÃO ESCOLAR E A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	16
1.1 EVASÃO ESCOLAR E ABANDONO ESCOLAR.....	19
1.2 DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO CONTEXTO DA EVASÃO ESCOLAR.....	24
1.3 EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NOTURNO.....	27
1.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À EVASÃO ESCOLAR.....	34
1.5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À EVASÃO ESCOLAR NO ESTADO DE GOIÁS.....	37
CAPÍTULO 2 – TRAJETÓRIA DA CRIAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL	42
2.1 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB) n.º 9.394/96.....	44
2.2 ENSINO MÉDIO NOTURNO.....	46
2.3 REFORMA DO ENSINO MÉDIO – LEI N.º 13.415/2017.....	49
CAPÍTULO 3 – O QUE DIZEM ALGUNS PENSADORES SOBRE A EVASÃO ESCOLAR?	55
3.1 PRINCIPAIS ABORDAGENS SOBRE A EVASÃO ESCOLAR.....	55
3.2 EVASÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DO FRACASSO ESCOLAR.....	62
3.3 FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NOTURNO.....	74
3.4 DETERMINANTES SOCIAIS E CULTURAIS.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	82

INTRODUÇÃO

A evasão escolar no Ensino Médio é um fenômeno complexo que afeta não apenas os indivíduos diretamente envolvidos, mas também suas famílias e a sociedade como um todo. Essa problemática atinge jovens de diversas localidades e de várias maneiras, principalmente os das camadas menos favorecidas da sociedade, impactando negativamente o desenvolvimento socioeconômico e a realização pessoal desses indivíduos em todo o mundo. Ao delimitarmos este tema, é fundamental entendermos suas causas, consequências e possíveis soluções dentro de um contexto específico.

Neste estudo, concentramos nossa atenção na evasão escolar no Ensino Médio noturno, abordando-a sob a perspectiva de diferentes fatores determinantes, como socioeconômicos, familiares, individuais e estruturais. Consideramos essa etapa de ensino fundamental para a educação, visto que os jovens enfrentam uma série de desafios de transição, tanto acadêmicos quanto pessoais, que podem influenciar suas decisões em relação à continuidade ou ao abandono dos estudos. Examinamos os condicionantes da evasão escolar nessa etapa da educação e na vida dos jovens evadidos, destacando suas consequências para eles e suas famílias.

Realizamos uma pesquisa bibliográfica, consultando diversas literaturas relacionadas com a evasão escolar, o que nos permitiu investigar essas questões de forma fundamentada. Partimos de um estudo que envolve a questão da evasão escolar, com o intuito de diagnosticar os fatores, as causas e as suas possíveis consequências.

Para as pesquisadoras Marconi e Lakatos (2017, p. 54):

A pesquisa bibliográfica é um tipo específico de produção científica: é feita com base em textos, como livros, artigos científicos, ensaios críticos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, resenhas, resumos. Hoje, predomina entendimento de que artigos científicos constituem o foco primeiro dos pesquisadores, porque é neles que se pode encontrar conhecimento científico atualizado, de ponta. Entre os livros, distinguem-se os de leitura corrente e os de referência. Os primeiros constituem objeto de leitura refletida, realizada com detida preocupação de tomada de notas, realização de resumos, comentários, discussão etc. Os livros de referência são livros de consulta, como dicionários, enciclopédias, relatórios de determinadas instituições, como os do Banco Central e do IBGE.

A partir das evidências de fatores que podem provocar a evasão escolar dos alunos das instituições, não temos a pretensão de chegar a possíveis conclusões, e

sim de contribuir para o debate acerca de suas possíveis causas.

A escolha do tema evasão escolar no Ensino Médio noturno é significativa devido à minha trajetória acadêmica. Cursei todo o Ensino Médio regular no período noturno e vivenciei a transformação que a educação pode fazer na vida das pessoas. Isso me fez acreditar em sua importância e na possibilidade que a educação oferece a todos os estudantes que não puderam cursar essa etapa de ensino no período diurno e optaram pelo ensino noturno. Como professor da rede estadual de ensino do estado de Goiás, convivo com os desafios enfrentados por esses estudantes, que, muitas vezes, têm de conciliar uma dupla jornada diária, trabalhando durante o dia e estudando no período noturno.

Por meio da análise empreendida, esperamos alcançar uma melhor compreensão das barreiras específicas que os estudantes do Ensino Médio noturno enfrentam. Compreendemos que seja essencial promover a igualdade de oportunidades educacionais e ajudar os jovens a alcançarem seu pleno potencial, independentemente das circunstâncias em que se encontram.

A escolha do presente tema fundamenta-se em uma série de pesquisas que destacam os fatores de risco exclusivos associados ao ambiente educacional. Isso porque, os estudantes matriculados no Ensino Médio noturno enfrentam desafios adicionais, como conciliar trabalho e estudos, lidar com responsabilidades familiares ou enfrentar dificuldades financeiras, o que pode aumentar a probabilidade de evasão escolar.

Ao investigar esse fenômeno, esperamos contribuir para o corpo de conhecimento sobre os possíveis determinantes da evasão escolar e fomentar debates com a comunidade em geral para prevenir esse problema e apoiar o sucesso acadêmico dos estudantes do Ensino Médio noturno. Além disso, uma compreensão aprofundada das causas da evasão escolar pode ajudar a construir um diálogo sobre políticas educacionais.

Analisamos a configuração da evasão escolar nesse contexto compreendendo como se deu a constituição histórica desse problema e identificando os determinantes sociais, culturais e históricos que o configuraram, de modo específico, intentamos realizar um balanço histórico sobre a evasão escolar, percorrendo a trajetória das políticas públicas desenvolvidas e aplicadas para impactar na sua diminuição, identificar as políticas de combate à evasão no estado de Goiás e descrever os determinantes sociais e culturais que configuram a evasão

escolar no Ensino Médio Noturno, com base em revisão bibliográfica. A problematização mobilizadora das argumentações e proposições apresentadas neste trabalho parte da seguinte pergunta: Qual é a configuração da evasão escolar no Ensino Médio noturno nos últimos anos?

Este texto está dividido em três capítulos. No primeiro, apresentamos um balanço histórico sobre a evasão escolar e a trajetória das políticas públicas, considerando os aspectos mais gerais do sistema educacional brasileiro. Nesse sentido, procuramos demonstrar que o sistema educacional é falho na tarefa de garantir o direito da população à permanência no sistema educacional e a uma educação de qualidade. Alguns teóricos foram convocados a nos auxiliar nessa tarefa, tais como: Arroyo (1993), Azevedo (2011), Cury (2005), Ferreira (2011), Ferreira (2013), Libâneo (1989), Neri (2009), Paro (2001), Queiroz (2011) e Sibília (2012).

O segundo capítulo aborda a trajetória da criação do ensino secundário no Brasil, destacando o Decreto n.º 4.244/1942. Também traz uma visão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB n.º 9.394/1996, com suas principais características, a Reforma do Ensino Médio e o Ensino Médio noturno. Detalhamos a mudança no Ensino Médio noturno em Goiás, que foi transformado em Educação de Jovens e Adultos (EJA). Analisamos, ainda, a distorção idade-série, identificando-a como um fator que pode contribuir para a ampliação da evasão escolar. Para essa etapa, amparamo-nos em Queiroz (2011).

O terceiro capítulo se concentra na reflexão de alguns autores sobre a temática abordada, além de elencar os possíveis fatores que podem contribuir para a evasão escolar no Ensino Médio noturno. Nesse sentido, fundamentamo-nos em autores que abordaram a problemática do objeto de pesquisa, como Arroyo (1993), Baeta, Rocha e Brandão (1982), Bourdieu (2014), Cabral (2017), Durkheim (2014), Ferreira (2011), Freire (2013), Gatti e Barreto (2009), Jencks (2005), Patto (1997, 2022), Rumberger (2011), Sposito e Galvão (2004).

1 UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE A EVASÃO ESCOLAR E A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste capítulo, examinaremos o processo histórico da evasão escolar e o desenvolvimento das políticas públicas, destacando as mudanças sociais, econômicas e culturais que influenciam esse problema social, especialmente no contexto do Ensino Médio noturno. Analisaremos períodos significativos da história da educação brasileira, identificando questões como desigualdade socioeconômica, acesso e permanência na educação. Além disso, examinamos as políticas educacionais elaboradas e implementadas para reduzir as taxas de evasão.

Sabemos que o Brasil ainda enfrenta desafios significativos no combate à evasão, considerada por muitos educadores como um dos principais problemas da educação nacional. Dados do Ministério da Educação (MEC), por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), mostram que, em 2002, um em cada cinco estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio repetiu a mesma série cursada em 2001 (Brasil, 2002).

É notável que o início da educação brasileira foi amplamente influenciado pela colonização. A presença dos colonizadores europeus marcou profundamente o desenvolvimento da educação no país, como bem observado por Saviani (2011, p. 15):

- 1549: Chegada ao Brasil dos primeiros jesuítas chefiados pelo padre Manoel da Nóbrega. Há, com efeito, razoável consenso entre os pesquisadores que é com a chegada dos jesuítas que tem início, no Brasil, a educação formal, sendo, portanto, a partir desse momento que podemos falar, em sentido próprio, de circulação de ideias pedagógicas.
- 1759: Expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal. Instituído colégios e seminários, os jesuítas exerceram o monopólio do ensino até sua expulsão, o que confere um caráter orgânico a todo esse período marcado pelo pleno domínio das ideias pedagógicas classificadas no âmbito da concepção tradicional em sua vertente religiosa.

Com a chegada da família real ao Brasil, houve, de fato, a introdução de um sistema formal de educação pelos jesuítas, que estabeleceram colégios e seminários até serem expulsos por Marquês de Pombal.

A compreensão do processo histórico do sistema educacional brasileiro é fundamental para o nosso objeto de pesquisa, uma vez que está diretamente relacionado com a evasão escolar. Observamos que esse modelo educacional

privilegiava a elite aristocrática. Enquanto essa classe tinha acesso a um ensino que permitia a continuação dos estudos, muitos indivíduos menos favorecidos eram obrigados a dedicar-se ao trabalho no campo, não tendo a opção de frequentar a escola. Dessa forma, muitos jovens abandonavam os estudos para ajudar suas famílias nas atividades rurais, relegando a educação a segundo plano.

Nesse contexto, é evidente a importância de explorarmos o processo histórico da educação brasileira para o debate, pois proporciona uma visão mais abrangente da evasão escolar. Nesse sentido, percebe-se que desde a implantação do sistema educacional brasileiro, já se estabelecia uma divisão social clara: uma classe teria a oportunidade de continuar seus estudos e ascender socialmente, enquanto outra seria praticamente destinada à evasão escolar. Essa parcela da sociedade sempre esteve à margem do sistema educacional, enquanto a classe privilegiada desfrutava de uma educação que garantiria a continuidade de seus estudos e, eventualmente, o acesso aos melhores cargos governamentais, perpetuando, assim, a divisão de classes no Brasil.

Nesse ponto recorremo-nos a Bourdieu e Passeron (1975), que desenvolveram a teoria da reprodução, dedicando grande parte de seus trabalhos ao estudo das estruturas sociais e das formas pelas quais o poder e o privilégio são mantidos. A teoria desenvolvida por esses autores sobre a escola vai além da concepção convencional da educação como uma ferramenta para igualdade social. Eles argumentam que a escola, longe de ser um ambiente neutro de aprendizagem, é, na verdade, um espaço onde as desigualdades sociais são frequentemente reforçadas e reproduzidas.

A Lei de 15 de outubro de 1827, também conhecida como Lei de Criação das Escolas de Primeiras Letras, representou um marco na história da educação brasileira. Promulgada a pedido de Dom Pedro I, primeiro imperador do Brasil, essa legislação tinha como principal objetivo organizar o ensino primário no país. Ela determinava a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e locais mais populosos do Império, estabelecendo também a separação de meninas e meninos, com currículos diferentes para cada gênero (Brasil, 2020).

Mesmo com a determinação de que o ensino primário fosse gratuito e acessível a todos, as escolas públicas do Império eram frequentadas, principalmente, por crianças de famílias mais favorecidas. O que evidencia a exclusão da maioria das crianças do sistema educacional brasileiro, resultando na ausência da sala de

aula para a maioria delas, um fato que persistiu por décadas, contribuindo para a manutenção e a ampliação da desigualdade educacional e, conseqüentemente, da desigualdade social.

É notório que o sistema educacional brasileiro privilegiava uma parcela seleta da sociedade, deixando para a maioria dos brasileiros o trabalho braçal no campo. As crianças auxiliavam seus pais lavoua para garantir a subsistência familiar, o que as impedia de frequentar a escola. A maioria não tinha acesso à educação, restando apenas uma pequena parcela que poderia frequentar as aulas.

Diante dessa realidade imposta à infância e à adolescência, era impossível esse público frequentar a escola, uma vez que, para fazê-lo, os menores deveriam abandonar o trabalho no campo. Como era de se esperar, eles não tinham essa opção, pois o trabalho era essencial para sua sobrevivência; ou trabalhavam com os pais na lavoura ou enfrentariam dificuldades para obter alimentos.

Desde os primórdios da educação formal no Brasil, a evasão escolar tem sido um desafio significativo. Diversos fatores têm contribuído para esse fenômeno, como pobreza, desigualdade social, falta de acesso à educação de qualidade e problemas estruturais nas escolas, resultando em altas taxas de evasão ao longo dos anos.

Na trajetória da educação secundária no Brasil, o Decreto n.º 4.244/1942 representou um marco importante, estabelecendo diretrizes para sua organização e estruturação. No entanto, ao longo do tempo, diversas reformas foram implementadas na tentativa de melhorar a qualidade e a acessibilidade do ensino secundário, especialmente no que se refere à preparação para o mercado de trabalho e para o ensino superior.

Anterior à LDB 9.394/1996, a Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional. A maioria de seus dispositivos foi revogada pela LDB 9.394/1996, exceto os artigos 6º e 9º, que permaneceram em vigor. Outra legislação relevante foi a Lei n.º 5.692/1971, que fixou diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º Graus, sendo também revogada pela LDB mais recente.

Nesse contexto, a LDB, promulgada em 1996, tornou-se um marco fundamental na legislação educacional brasileira. Estabeleceu princípios e diretrizes para a educação em todos os níveis e modalidades, visando garantir o acesso, a qualidade e a equidade educacional.

O Ensino Médio passou por diversas mudanças com a reforma implementada

pela Lei n.º 13.415/2017. Os legisladores justificaram a necessidade de tornar o Ensino Médio mais atrativo aos alunos, dada a baixa qualidade do ensino oferecido no país, evidenciada pelos altos índices de abandono e reprovação. Portanto, as propostas centrais da reforma giram em torno de dois aspectos principais: a flexibilização curricular e a oferta de cursos em tempo integral (sete horas diárias), o que trouxe mudanças significativas na estrutura curricular e na organização do ensino médio brasileiro, visando a maior flexibilidade e adequação às demandas dos estudantes e do mercado de trabalho. A carga horária mínima anual foi estabelecida em oitocentas horas para o Ensino Fundamental e o Ensino médio, distribuídas em duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluindo o tempo reservado para os exames finais, quando aplicáveis. Além disso, a carga horária mínima anual no Ensino Médio deve ser ampliada progressivamente para mil e quatrocentas horas, com os sistemas de ensino obrigados a oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017. Os sistemas de ensino também devem garantir a oferta de educação de jovens e adultos e de ensino noturno regular, adequados às condições do educando, conforme estabelecido no inciso VI do artigo 4º da referida lei (Brasil, 2017).

O Ensino Médio noturno desempenha papel importante na oferta de educação para jovens e adultos que trabalham durante o dia ou que têm outras responsabilidades que os impedem de frequentar a escola em horários regulares. No entanto, enfrenta desafios específicos como a evasão escolar, como a necessidade de conciliar estudo e trabalho, além de questões de segurança e transporte para os estudantes.

Autores como Patto (2022) e Sibília (2012) têm estudado e analisado o fracasso escolar, trazendo diferentes perspectivas e abordagens para entender suas causas e propor debates, contribuindo, assim, para a elaboração e a aplicação de políticas públicas voltadas para a redução dos fatores que possam contribuir para a evasão escolar. É importante considerarmos essas diferentes visões para termos uma compreensão mais ampla desse fenômeno.

1.1 EVASÃO ESCOLAR E ABANDONO ESCOLAR

Ambos os termos, evasão escolar e abandono escolar, podem ser

considerados formas de fracasso escolar, uma vez que se referem a alunos que não conseguiram completar sua trajetória educacional. A definição de abandono escolar diz respeito àqueles que deixam a escola sem concluir o ano letivo, podendo ocorrer tanto no início quanto no final do ano. Esse fenômeno envolve estudantes que interrompem sua frequência escolar antes de completarem a educação básica, podendo retornar e abandonar os estudos várias vezes durante o mesmo período. Isso ocorre em qualquer nível de ensino, desde o fundamental até o superior, podendo ser tanto temporário quanto permanente. Por outro lado, evasão escolar refere-se aos alunos que, independentemente de terem ou não concluído com êxito determinado ano letivo, não realizam a matrícula no ano seguinte. Desse modo, se um aluno não efetua a matrícula, ele é considerado evadido.

Apesar de remeter a ideias parecidas, evasão e abandono são termos tratados de maneira distinta pela literatura, sendo que a evasão ocorre quando o aluno, mesmo em idade escolar e sem o término da educação básica, não realiza matrícula em um novo ano letivo. Ao passo que o abandono acontece no decorrer do ano letivo. Assim, um estudante pode evadir sem nunca ter abandonado uma série e pode abandonar uma mesma série em anos sucessivos e não evadir (Guimarães; Lima, 2018, p. 6).

A evasão escolar é um problema que afeta todos os níveis de ensino no Brasil. Muitos jovens e crianças abandonam a escola para ingressar no mercado de trabalho, enquanto outros demonstram desinteresse pelos estudos. A violência, o uso de drogas e diversos outros fatores podem motivar os jovens a abandonarem seus estudos. Conforme observado por Krawczyk (2009, p. 9):

A evasão, que se mantém nos últimos anos, após uma política de aumento significativo da matrícula no Ensino Médio, nos revela uma crise de legitimidade da escola que resulta não apenas da crise econômica ou do declínio da utilidade social dos diplomas, mas também da falta de outras motivações para os alunos continuarem seus estudos.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, revelou que quase 12% dos jovens entre 15 e 17 anos de idade, pertencentes aos 20% da população com os menores rendimentos, abandonaram a escola sem concluir a educação básica (IBGE, 2019). Outra pesquisa realizada pelo mesmo instituto sobre o analfabetismo no Brasil apontou que a região Nordeste é a que apresenta o maior índice de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais,

chegando a quase 15% da população nessa faixa etária (IBGE, 2023).

Segundo Azevedo (2011), o problema da evasão e da repetência escolar tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelas redes de ensino público no país. Para o autor, as causas e as consequências estão ligadas a diversos fatores de naturezas social, cultural, política e econômica. Além disso, ele destaca que as metodologias adotadas pela escola muitas vezes não consideram a realidade de vida dos estudantes, e os currículos não estão adaptados a essa realidade.

As causas da evasão são numerosas, abrangendo aspectos econômicos, sociais, políticos e, até mesmo, geográficos. Podemos destacar diversos fatores determinantes, tanto internos quanto externos à escola. Internamente, a falta de um projeto político pedagógico articulado com a realidade e os anseios dos alunos, professores e equipe pedagógica despreparados para lidar com a problemática, a desvalorização do magistério e a infraestrutura deficiente das escolas são alguns exemplos. Externamente, a violência, o desinteresse pelos estudos, a falta de perspectiva de um futuro melhor por meio da educação, a falta de oportunidades no mercado de trabalho, o uso de drogas, a gravidez, o racismo e o *bullying* também contribuem para o fenômeno da evasão.

A evasão escolar é uma tragédia silenciosa que amplifica as desigualdades sociais e impacta a economia brasileira. Uma pesquisa realizada pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan Sesi), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), intitulada "Combate à evasão no Ensino Médio: desafios e oportunidades", revelou que apenas 60,3% dos adolescentes brasileiros completam o ciclo escolar até os 24 anos. Dentre os mais pobres, apenas 46% concluem o Ensino Médio, em comparação com 94% dos estudantes mais ricos. Esses dados evidenciam o impacto desproporcional da evasão escolar sobre a população mais vulnerável, refletindo nos altos índices de desemprego e subemprego nesse grupo (FIRJAN, 2023).

Fatores como distorção idade-série, baixo aprendizado, desigualdade social e econômica, falta de orientação sobre carreiras e consequente baixo engajamento dos alunos com os estudos são alguns dos principais obstáculos a serem superados na luta contra a evasão escolar no Ensino Médio brasileiro. Caracterizado pela baixa qualidade do ensino e pelas elevadas taxas de reprovação e evasão, esse cenário requer medidas urgentes para garantir a permanência e o sucesso dos alunos na escola.

São variadas e diversas as causas da evasão escolar ou da infrequência do aluno. Considerando os fatores determinantes desse fenômeno, podemos classificá-los e agrupá-los da seguinte maneira: Escola não atrativa, autoritária, professores despreparados ou insuficientes, ausência de motivação; Aluno desinteressado, indisciplinado, problemas de saúde, gravidez, drogas, violência; Pais/responsáveis, ausência dos pais na vida escolar dos filhos, desinteresse em relação ao futuro educacional dos filhos.

Para Queiroz (2011), a problemática da evasão é muito complexa e possui uma amplitude macro, afetando a realidade das escolas brasileiras, inclusive nas regiões mais ricas e desenvolvidas do país. É fato que nessas localidades existem mais oportunidades de emprego. Todavia, muitas vezes, esses empregos são classificados como subempregos devido à falta de qualificação dos jovens que foram obrigados a interromper seus estudos para ocupar essas vagas nas grandes cidades, o que aumenta os índices de evasão escolar entre os estudantes em idade escolar.

O problema do sistema educacional e de todos os envolvidos é garantir a permanência do aluno na escola. Mesmo após a matrícula na unidade escolar, muitos alunos evadem antes de concluir a educação básica. De fato, o grande desafio dos órgãos envolvidos no sistema educacional é assegurar a permanência desses alunos nas unidades escolares, especialmente considerando o aumento significativo no número de matrículas nas últimas décadas e a baixa taxa de conclusão da educação básica.

Salientamos que a evasão escolar é um tema de grande amplitude e requer uma análise criteriosa dos agentes determinantes. É fundamental o desenvolvimento de políticas públicas para enfrentar esse problema e evitar que os estudantes deixem as escolas sem concluir seus estudos, causando prejuízos para si mesmos, suas famílias e para a sociedade como um todo.

Esse fenômeno não se restringe apenas a algumas unidades escolares; é um problema mundial que tem ocupado papel relevante nas discussões e pesquisas educacionais tanto no cenário nacional quanto internacional. Além disso, questões como o analfabetismo e a valorização dos profissionais da educação, expressa na baixa remuneração e nas precárias condições de trabalho, também contribuem para esse cenário. Devido a isso, educadores estão cada vez mais preocupados com a quantidade de jovens que, mesmo matriculados em uma unidade escolar, não permanecem nela e evadem antes de concluírem os estudos.

De acordo com a LDB n.º 9.394/96, em seu artigo 3º, é necessário proporcionar ao aluno igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, além de respeitar a diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. O artigo 4º garante a oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando (BRASIL, 1996). Por sua vez, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Art. 54º, ressalta o dever do Estado de assegurar a frequência à escola para crianças e adolescentes, cabendo aos pais ou responsáveis zelar por isso. Um número elevado de faltas sem justificativa pode levar à evasão escolar, ferindo os direitos das crianças e dos adolescentes (BRASIL, 1990).

É essencial que a instituição escolar utilize os recursos disponíveis para garantir a permanência dos alunos na escola. O acesso e a permanência dos alunos na escola são direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal de 1988 (CF/1988), evidenciando que a escola é a instituição de maior expressão na sociedade em termos de educação. É nesse espaço que os alunos podem interagir com seus colegas, com o ambiente e com os profissionais da educação.

Paro (2001) enfatiza que parte da população das escolas brasileiras é formada por pessoas carentes que enfrentam uma série de problemas de ordens cultural, afetiva, material e psicológica. Segundo o autor, a escola deve criar mecanismos e ações para diminuir o índice de evasão escolar, estimulando tanto o aluno a permanecer em sala de aula quanto aproximando a família do ambiente escolar. Nesse sentido, a participação e o envolvimento da família com a vida escolar dos estudantes tornam-se fundamentais para o bom desempenho e a permanência do aluno na escola, contribuindo, dessa forma, para a redução dos índices de evasão escolar.

Trindade e Oliveira (2019) pontuam que uma das motivações da evasão escolar está associada à falta de incentivo da família, correlacionando-se com os aspectos socioeconômicos, nos quais famílias muito pobres não mantêm seus filhos em idade escolar nas escolas. A visão dos autores sobre a relação dos familiares com os alunos que evadem da escola traz uma realidade sobre nosso sistema educacional. Estudantes cujos pais estão presentes na escola, participam de reuniões e plantões pedagógicos têm melhor desempenho em seus estudos e dificilmente evadem; os índices de faltas são mínimos, em comparação com aqueles cujos responsáveis não estão presentes na vida escolar deles.

Importa deixarmos claro que a evasão escolar não pode ser analisada sob um único ponto de vista, pois são vários os fatores que levam os estudantes a evadirem da escola sem concluírem a educação básica. Portanto, há uma diversidade de fatores que podem provocar a evasão escolar, resultando de diversos processos sociais e culturais, desde a criação da instituição escolar, o que acarreta desigualdade tanto intelectual como financeira e cultural, sentida desde a educação básica, devido à falta de oportunidades de acesso a conhecimentos diversos. Essas desigualdades devem ser reconhecidas e trabalhadas para serem amenizadas; caso contrário, haverá um número significativo de alunos incluídos no sistema escolar. Mas, ao mesmo tempo, excluídos, sem apropriarem-se do conhecimento que o processo de ensino e aprendizagem exige.

Portanto, esse fenômeno consiste em um problema que afeta todos os níveis de ensino no Brasil. Muitos jovens e crianças abandonam a escola para ingressarem no mercado de trabalho, pois a prioridade para eles não é a educação, e sim a própria sobrevivência. A realidade da maioria dos jovens brasileiros é composta por desafios cotidianos, sendo o Brasil um dos países mais desiguais em distribuição de renda no mundo.

1.2 DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO CONTEXTO DA EVASÃO ESCOLAR

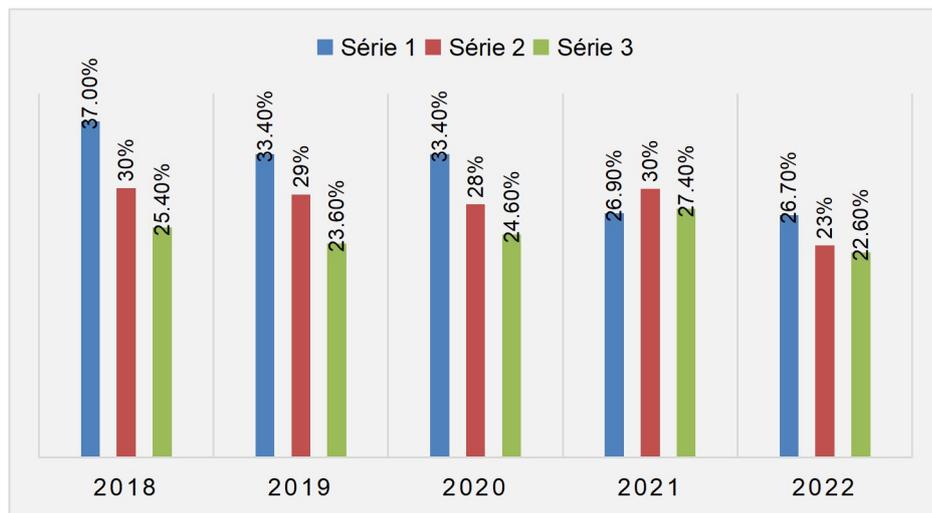
Quando os estudantes enfrentam dificuldades acadêmicas e são retidos em uma série, isso pode aumentar a probabilidade de evasão escolar. Alguns dos principais mecanismos pelos quais a distorção idade-série pode estar relacionada com a evasão incluem a desmotivação. Alunos que se encontram em séries abaixo daquela correspondente à sua idade podem sentir-se desmotivados, desinteressados. Isso tende a levar à evasão escolar, pois muitos deles perdem o interesse em continuar os estudos. E ainda, estudantes mais velhos em séries inferiores podem enfrentar estigma social por parte de colegas, sentindo-se pressionados ou envergonhados. Esse estigma social pode contribuir para a decisão de abandonar a escola. A diferença de idade entre alunos em uma mesma turma pode criar barreiras sociais, dificultando o relacionamento entre os estudantes e levando a problemas de integração e interação, o que aumenta a probabilidade de evasão. Além disso, alunos retidos perdem um ano escolar, aumentando o tempo

total para concluir o Ensino Médio. Geralmente, isso é desmotivador e leva alguns estudantes a abandonarem a escola em busca de outras oportunidades.

Para combater a evasão relacionada com a distorção idade-série, é importante implementar estratégias que visem à prevenção da repetência, ao acompanhamento personalizado dos alunos, à identificação precoce de dificuldades de aprendizagem e à criação de ambientes escolares inclusivos. Desenvolver políticas educacionais que promovam a equidade e busquem atender às necessidades individuais dos alunos são fundamentais para mitigar esses problemas.

O Gráfico 1 mostra a taxa de distorção idade-série do Ensino Médio no Brasil de 2018 a 2022.

Gráfico 1 – Distorção idade: série no Ensino Médio no Brasil (2018 a 2022)



Fonte: INEP (2023).

Com relação à distorção idade-série no Ensino Médio, esse gráfico mostra uma redução considerável de 2018 até o ano de 2022 no Brasil. É importante observar essa redução, uma vez que pode influenciar os índices de evasão escolar no Ensino Médio.

O Gráfico 2 refere-se à distorção idade-série no estado de Goiás entre os anos de 2018 e 2022. Também houve uma redução considerável em nível estadual, sendo essa redução importante, visto que contribui, em parte, para minimizar os índices de alunos propensos a evadirem-se da escola.

Gráfico 2 – Distorção idade: série no Ensino Médio em Goiás (2018 a 2022)

Fonte: INEP (2023).

A distorção idade-série, caracterizada pela disparidade entre a idade do aluno e a série que ele cursa, tem sido uma preocupação para os sistemas educacionais de diversos países. No contexto do Ensino Médio brasileiro, essa disparidade assume uma importância particular devido às implicações significativas que ela acarreta, especialmente no que diz respeito à evasão escolar. À medida que os estudantes avançam em idade sem progresso acadêmico, enfrentam crescentes desafios emocionais, sociais e educacionais, que podem culminar na decisão de abandonar a escola prematuramente. Desse modo, é importante estabelecermos uma análise entre a distorção idade-série e a evasão escolar nessa etapa da educação, destacando os principais fatores por trás dessa relação complexa e as possíveis estratégias para mitigar esse problema crescente.

Compreendemos que os governos federal, estadual e municipal precisam criar e implementar políticas públicas com o objetivo de enfrentar e reduzir a distorção idade-série no Ensino Médio. Diminuindo os impactos negativos que essa distorção pode provocar no desenvolvimento educacional e social dos estudantes, bem como nas taxas de evasão escolar. No entanto, a eficácia dessas políticas varia significativamente conforme os contextos socioeconômico, cultural e educacional de cada país ou região.

Assim sendo, é fundamental que os gestores públicos possam desenvolver e implementar políticas públicas de intervenção que visem identificar e apoiar os

alunos em risco de distorção idade-série desde os estágios iniciais de sua educação. Esses programas precisam incluir medidas como avaliações diagnósticas, apoio individualizado, tutoria e intervenções pedagógicas específicas para auxiliar os alunos a alcançarem os padrões acadêmicos esperados para a idade.

As políticas de promoção automática têm sido amplamente debatidas e aplicadas como uma estratégia para lidar com a distorção idade-série. É fato que a promoção automática pode reduzir a repetição de ano e manter os alunos na escola, porém tende a comprometer o processo ensino-aprendizagem, dado que o estudante será inserido em uma série mais avançada, compatível com sua idade. Com isso, poderá ter dificuldade de acompanhar os conteúdos trabalhados.

1.3 EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NOTURNO

A evasão escolar no Ensino Médio noturno é um fenômeno complexo que tem sido objeto de estudos e análises em diferentes contextos sociais, culturais e históricos. Para entendermos melhor as causas e os determinantes da evasão escolar nesse contexto específico, é necessário considerarmos uma série de fatores interconectados em termos sociais. Esse fenômeno está vinculado, muitas vezes, às desigualdades socioeconômicas e às condições precárias de vida. Grande parte dos alunos que enfrentam dificuldades financeiras, problemas familiares, falta de acesso a recursos educacionais e suporte adequado tem maior probabilidade de evadir da escola. A falta de apoio familiar também pode desempenhar papel significativo nesse processo.

Sibília (2012) apresenta uma análise sobre o desinteresse dos jovens em frequentarem a escola, sendo para alguns um lugar desanimador, com o qual não se identificam. Nessa perspectiva, para eles, a escola não tem sentido e é desconectada da realidade, o que provoca alta taxa de evasão escolar.

Também por isso não admira que agora, quando as novidades das últimas décadas substituíram em boa medida os estilos de vida precedentes, a sala de aula escolar tenha se convertido em algo terrivelmente 'chato', e a obrigação de frequentá-la implique uma espécie de calvário cotidiano para os dinâmicos jovens contemporâneos. A apatia e o escasso entusiasmo que eles demonstram em tais contextos seriam sintomáticos dessa falta de sentido, evidenciada também pelas altíssimas taxas de 'deserção escolar'

que se constata em todo o mundo. Redes ou paredes; a escola em tempos de dispersão (SIBÍLIA, 2012, p. 56).

Ainda de acordo a autora, as transformações que ocorreram na sociedade nos últimos séculos têm impactado diretamente no fenômeno da evasão escolar. Essas transformações não foram acompanhadas pela escola e, por esse motivo, muitos jovens não a enxergam mais como um lugar atrativo. Enquanto a sociedade contemporânea passou por mudanças significativas, a escola ainda se encontra estagnada, o que contribui substancialmente para o fenômeno da evasão. Observamos, então, que

[...] o 'desinteresse' é o principal motivo de abandono da escola por parte dos jovens de quinze a dezessete anos, segundo um estudo realizado recentemente no Brasil sobre a desmedida 'evasão escolar'. A pesquisa, efetuada por uma prestigiosa fundação privada, concluiu que mais de 40% dos alunos dessa idade que deixaram de ir ao colégio justificaram sua decisão por esse motivo. 'O resultado mostra que manter o jovem na escola não é somente uma questão econômica', explicou o coordenador do trabalho em declarações à imprensa. 'É preciso criar e atender a demanda por educação', acrescentou, recorrendo ao léxico empresarial que tudo impregna na contemporaneidade. O especialista ressaltou que, para isso, seria necessário 'garantir a atratividade da escola', explicitando o tratamento da educação formal como uma mercadoria fora de moda e difícil de vender. Redes ou paredes; a escola em tempos de dispersão (SIBÍLIA, 2012, p. 56).

A autora associa a falta de interesse dos jovens pela escola à ausência de conteúdo relevante para os alunos, o que contribui para a evasão escolar. Ela apresenta dados da Argentina que ilustram essa problemática entre os estudantes. Na província de Buenos Aires, quase 1 milhão de jovens de 13 a 19 anos não estudavam nem trabalhavam, representando quase 1/5 dos 5 milhões nessa faixa etária. Diversas autoridades educacionais do país se reuniram no início de 2010 para anunciar reformas no sistema nacional, após admitirem que "a educação secundária é um fracasso" porque os jovens já não a consideram "uma ferramenta de progresso". Nessa ocasião, foi informado que a evasão escolar poderia chegar a 50%. Além disso, o índice de alunos que repetiam o ano durante a primeira parte do ensino secundário nos colégios públicos era de 21%, enquanto nas escolas privadas era de 10%. Essa diferença significativa entre instituições públicas e privadas não é surpreendente, considerando que os dados mais alarmantes se concentram no Ensino Médio. A autora também traz alguns dados de 2012 sobre evasão escolar:

Em 2012, o Ministro da Educação comentou outros dados igualmente 'preocupantes' e esclareceu que a alta taxa de evasão se devia ao 'mercado de trabalho aquecido, o que atrai esses jovens para o trabalho e não para a escola', acrescentando que 'os professores e as escolas não estão conseguindo atrair o jovem no ensino médio'. Assim, os estudantes são novamente tratados como consumidores pouco satisfeitos com o produto escolar que o mercado atual lhes oferece, de modo que seria necessário cativá-los com táticas de marketing para eles voltarem a se interessar por uma mercadoria tão pouco valorizada. Redes ou paredes; a escola em tempos de dispersão (SIBÍLIA, 2012, p. 58).

A autora critica a perspectiva do Ministro da Educação da Argentina, que vê a escola como uma empresa e os alunos como consumidores insatisfeitos com o produto oferecido pelos professores e pela instituição.

A partir do exemplo argentino, entendemos que uma análise histórica é imprescindível para compreendermos a evasão escolar no Ensino Médio noturno brasileiro. A trajetória histórica da educação, em um determinado país ou região, bem como as políticas educacionais adotadas e as desigualdades desenvolvidas ao longo do tempo, podem influenciar as taxas de evasão escolar. Por exemplo, políticas discriminatórias no passado, segregação racial ou social, acesso limitado à educação e desigualdades históricas podem deixar um legado de exclusão e marginalização que afeta a participação e o engajamento dos alunos nessa etapa do ensino.

É importante destacarmos que esses fatores sociais, culturais e históricos não atuam de forma isolada, mas interagem de maneira complexa e interdependente. Para enfrentar a problemática da evasão escolar no Ensino Médio noturno, é preciso a adoção de uma abordagem abrangente, que leve em consideração esses determinantes. Isso envolve o desenvolvimento de políticas públicas educacionais inclusivas que abordem as desigualdades socioeconômicas, promovam a equidade no acesso e garantam a permanência dos alunos. Além disso, é fundamental trabalhar em estreita colaboração com as comunidades e grupos sociais para entender suas necessidades e preocupações, criando um ambiente educacional democrático que valorize e respeite as diferenças.

Algumas intervenções destinadas ao apoio socioemocional dos alunos, como a construção e promoção de um ambiente escolar acolhedor e inclusivo, a oferta de programas de suporte pedagógico, e a criação de parcerias entre escolas, famílias e comunidades, desempenham papel importante no combate à evasão escolar.

Nesse contexto, Libâneo (1989) alerta que o desafio dos processos

educacionais, conforme abordamos, pressupõe uma escola pública que se constitua como um ambiente de informação e formação para o desenvolvimento pessoal e coletivo. Isso destaca a necessidade de promover não apenas o acesso, mas também – e principalmente – a permanência dos alunos na escola.

A permanência dos jovens nas unidades escolares é um ponto crítico, considerando, especialmente, que estão em uma fase da vida em que precisam optar entre trabalho e estudo, ou tentar conciliar ambos. No entanto, os registros mostram que, ao tentarem conciliar trabalho e estudo, muitos jovens acabam abandonando a escola. Eles optam pelo trabalho por vários motivos, dentre os quais se destaca o cansaço físico devido à carga horária exaustiva de, no mínimo, oito horas diárias de trabalho. Além disso, a necessidade de se deslocar, principalmente quando o trabalho não é próximo à residência, agrava essa exaustão. O transporte público deficiente contribui ainda mais para o desgaste desses sujeitos. Com essa rotina cansativa, ao chegarem em casa, não têm ânimo para frequentarem as aulas. Muitos deles compartilham essa mesma realidade e rotina, o que dificulta a concentração nos estudos e a participação efetiva nas aulas, afetando negativamente o aprendizado. Esses fatores resultam em um aumento significativo da evasão escolar entre jovens das classes trabalhadoras brasileiras.

Libâneo (1989) argumenta que, embora o acesso à escola tenha se democratizado, ainda não existe uma escola verdadeiramente democrática, pois essa instituição tem um longo caminho a percorrer para democratizar o conhecimento. Isso é evidenciado pelos elevados índices de evasão e repetência. Esta última representa um desafio para os responsáveis pelas políticas públicas educacionais, uma vez que afeta não apenas o aluno e sua família, mas também todo o sistema educacional. A reprovação é uma comprovação de que algo deu errado ao longo do ano e indica a necessidade de intervenções preventivas antes que esta reprovação ocorra.

Uma pesquisa inédita realizada pelo INEP sobre fluxo escolar na educação básica revelou um aumento na evasão escolar no Ensino Médio. O estudo apontou que, entre 2014 e 2015, a taxa de evasão foi de 12,7% entre os alunos matriculados na primeira série do Ensino Médio, seguida por 12,1% dos matriculados na segunda série. A terceira série teve uma evasão de 6,7%, resultando em uma taxa total de 11% dos estudantes nessa etapa de ensino.

De acordo com os dados apontados pelo referido estudo nos anos de 2014 e

2015, fica evidente que as maiores taxas de evasão se encontram nos dois primeiros anos do Ensino Médio, especialmente na 1ª série. Isso pode ser atribuído à mudança de ambiente; em algumas localidades, os alunos precisam mudar de escola, pois a escola de origem não oferece essa etapa de ensino. Esses estudantes geralmente migram para colégios maiores, com novos professores e uma nova rotina. Na escola anterior, eles estavam acostumados ao ambiente e tinham certa intimidade com o corpo docente. Essa transição pode dificultar a sua adaptação, contribuindo também para a evasão (INEP, 2023).

É nessa etapa de ensino que os jovens começam a ingressar no mercado de trabalho e, muitas vezes, não conseguem um emprego de meio período, o que os leva a trabalhar em período integral. Diante dessa situação, eles se veem obrigados a se transferir para o período noturno. A carga excessiva de trabalho impede que os estudantes se dediquem aos compromissos escolares, levando-os a faltar às aulas, dificultando o acompanhamento do conteúdo e resultando em dificuldades nas avaliações bimestrais. Isso pode levar à reprovação e, futuramente, à evasão escolar, impedindo a conclusão da educação básica.

Conforme o Censo de 2021, 92,5% da população de 15 a 17 anos estava frequentando a escola. Foram registradas 7,77 milhões de matrículas no Ensino Médio em 2021, representando um aumento de 2,9% em relação ao ano anterior. Esse crescimento estabelece uma tendência de aumento nas matrículas observada nos últimos dois anos, com um aumento de 4,1% de 2019 a 2021. Do total de alunos do Ensino Médio, 84,4% estudam no turno diurno, enquanto 1,2 milhão (15,5%) frequentam o período noturno. Além disso, 94,6% dos alunos estão matriculados em escolas urbanas (INEP, 2023).

A rede privada, que possui cerca de 935 mil alunos, representa 12% das matrículas do Ensino Médio. A rede estadual, com 6,6 milhões de alunos, detém 84,5% das matrículas totais e concentra 96% dos alunos da rede pública. A rede federal também tem uma participação substancial nessa etapa, com 229 mil alunos, ou 3% do total. Além disso, 44,1% das escolas de Ensino Médio atendem a mais de 500 alunos (INEP, 2023).

Na tabela abaixo temos uma relação do quantitativo de alunos que não frequenta a escola.

Tabela 1 – Alunos que não frequentam a escola – Brasil (2022)

Alunos 15 anos	Alunos 16 anos	Alunos 17 anos
67,662	145,144	241,641

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD (2022).

A ausência de alunos na escola é um fenômeno complexo influenciado por uma variedade de fatores sociais, econômicos e individuais. Embora a educação seja universalmente reconhecida como um direito fundamental, a realidade mostra que muitos alunos enfrentam barreiras que os impedem de frequentar a escola regularmente. Questões socioeconômicas, falta de acesso a recursos educacionais adequados, desafios familiares e outros obstáculos contribuem para a não frequência escolar. Essa situação compromete o desenvolvimento educacional dos jovens e tem implicações profundas para seu futuro e para a sociedade como um todo.

Os dados da Tabela 1 revelam que a taxa de alunos de 17 anos que não frequentam a escola é significativamente superior à dos demais. Esses alunos, ao se aproximarem da maioridade e com um histórico de reprovações e distorções idade-série, abandonam a escola sem concluírem a educação básica.

As Tabelas 2 e 3 apresentam alguns motivos que levam os alunos a não frequentarem a escola.

Tabela 2 – Motivos para não frequentarem a escola: adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola (Brasil, 2019)

Principal motivo para não frequentarem a escola	N	%
Trabalha ou está procurando trabalho.	91.831	14,6
Não tem escola ou faculdade na localidade ou fica distante.	18.593	3,0
Falta de vaga na escola ou no turno letivo desejado.	21.152	3,4
Falta de dinheiro para pagar mensalidade, transporte, material escolar, etc.	7.766	1,2
Gravidez.	71.504	11,4
Ter de realizar afazeres domésticos ou cuidar de criança, adolescente, idosos ou pessoas com deficiência.	44.266	7,0
Tem de cuidar dos afazeres domésticos ou de idosos ou de pessoas com necessidades especiais.	25.076	4,0
Estudando para concurso ou por conta própria para vestibular/Enem.	7.995	1,3
Ter concluído o nível de estudo que deseja.	9.876	1,6
Ter problema de saúde de maneira recorrente.	38.963	6,2
Não tem interesse de estudar.	240.545	38,2
Outro motivo (especifique).	51.965	8,3

TOTAL	629.531	100,0
--------------	----------------	--------------

Fonte: PNAD (2022).

A frequência escolar entre jovens de 15 a 17 anos é um tema de extrema importância, pois a educação desempenha papel fundamental no desenvolvimento pessoal e no futuro profissional desses indivíduos. No entanto, apesar dos esforços para promover a educação universal, ainda existem desafios significativos que impedem alguns jovens de frequentarem a escola regularmente. Diversos motivos podem estar por trás dessa ausência, desde questões socioeconômicas até desafios pessoais e estruturais.

A pesquisa aponta que o desinteresse pelos estudos é um dos principais fatores, atingindo 40% dos jovens que não têm interesse em estudar. O desafio para os profissionais da educação é fazer com que esses jovens voltem a se interessar pela escola e concluam seus estudos. É evidente que algo deve ser feito para atrair esses jovens de volta à escola.

Tabela 3 – Motivos para não frequentarem a escola: adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola – por sexo (Brasil, 2019)

Principal motivo para não frequentarem a escola	Meninas		Meninos		Total	
	N	%	N	%	N	%
Trabalha ou está procurando trabalho.	20.078	7,2	71.753	20,5	91.831	14,6
Não tem escola ou faculdade na localidade ou fica distante.	9.871	3,5	8.721	2,5	18.593	3,0
Falta de vaga na escola ou no turno letivo desejado.	7.728	2,8	13.424	3,8	21.152	3,4
Falta de dinheiro para pagar mensalidade, transporte, material escolar, etc.	4.759	1,7	3.007	0,9	7.766	1,2
Gravidez.	71.504	25,6	0	0,0	71.504	11,4
Ter de realizar afazeres domésticos ou cuidar de criança, adolescente, idosos ou pessoas com deficiência.	41.007	14,7	3.259	0,9	44.266	7,0
Ter de cuidar dos afazeres domésticos ou de idosos ou de pessoas com necessidades especiais.	6.324	2,3	18.752	5,4	25.076	4,0
Estudando para concurso ou por contra própria para vestibular/Enem.	2.762	1,0	5.233	1,5	7.995	1,3
Ter concluído o nível de estudo que deseja.	4.300	1,5	5.576	1,6	9.876	1,6
Ter problema de saúde de maneira recorrente.	13.366	4,8	25.597	7,3	38.963	6,2

Não tem interesse de estudar.	78.518	28,1	162.027	46,3	240.545	38,2
Outro motivo (especifique).	19.546	7,0	32.419	9,3	51965	8,3
Total	279.761	100,0	349.770	100,0	629.531	100,0

Fonte: PNAD (2022).

Aos analisarmos os dados sobre os motivos que levam os estudantes a não frequentarem as aulas, o desinteresse pelos estudos apresenta um número muito elevado, especialmente entre os jovens do sexo masculino. Um dos motivos mais citados por eles é a necessidade de trabalhar ou procurar emprego, refletindo a pressão socioeconômica que muitas famílias enfrentam. Essa situação os obriga a contribuírem para a renda familiar em detrimento da própria educação.

1.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À EVASÃO ESCOLAR

A Medida Provisória (MP) n.º 1.164, de 2 de março de 2023, instituiu o Programa Bolsa Família, do governo federal, promovendo alterações na Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que trata da organização da Assistência Social, e na Lei n.º 10.820, de 17 de dezembro de 2003, autorizando descontos em folha de pagamento. O artigo 1º da MP instituiu o Programa Bolsa Família sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, substituindo o Programa Auxílio Brasil, estabelecido pela Lei n.º 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Para que uma família seja beneficiária do Programa Bolsa Família, além dos requisitos previstos na MP e em regulamento, é exigido o cumprimento pelas crianças e adolescentes de condicionalidades que incluem frequência escolar mínima de 60% para beneficiários de 4 a 6 anos incompletos, e 75% para beneficiários de 6 a 18 anos incompletos que não tenham concluído a educação básica.

No estado do Rio de Janeiro, foi criado o projeto de Lei n.º 1.009/2011, denominado Renda Melhor Jovem, que concedia aos estudantes do ensino médio um subsídio de R\$ 700 ao término do 1º ano, R\$ 900 ao término do 2º ano e R\$ 1.000 ao término do Ensino Médio, com incremento proporcional para cada ano adicional concluído. Este projeto resultou na redução de 33% na taxa de evasão escolar entre o público-alvo de baixa renda (Governo do Rio de Janeiro, 2011).

No estado do Pará, foram implementadas políticas visando estimular o retorno

presencial dos alunos aos ambientes de aprendizagem, combater a evasão escolar e incentivar novas matrículas para o ano letivo de 2022 por meio do Programa "Reencontro com a Escola". Destinado a 121 mil alunos concluintes do Ensino Médio (3ª série), o programa ofereceu um auxílio financeiro de R\$ 500,00. Para os 474 mil alunos matriculados em outras séries e modalidades de ensino, o valor concedido foi de R\$ 100,00 (Governo do Pará, 2022).

No Rio Grande do Sul, em 2023, foi apresentada a reformulação do projeto de combate à evasão escolar intitulado "Todo Jovem na Escola", juntamente com o programa de empregabilidade jovem "Partiu Futuro", a ser implementado em 2024. O projeto "Todo Jovem na Escola" busca melhorar a permanência dos alunos nas salas de aula, garantindo apoio financeiro aos estudantes da rede estadual. Com a ambição de se tornar a maior iniciativa nacional de combate à evasão e ao abandono escolar, o programa prevê que, a partir de 2026, os alunos poderão receber até R\$ 9.850,00 ao somar todos os benefícios ao longo dos três anos do ensino médio.

Segundo o pesquisador Ricardo Barros, que é professor titular do Insper, a evasão escolar no Ensino Médio representa um desafio significativo no contexto brasileiro, exigindo uma abordagem coordenada entre diversos setores da sociedade para implementar soluções eficazes. Programas de transferência de renda podem desempenhar papel importante na redução da evasão, ao proporcionar assistência financeira direta às famílias de baixa renda, condicionada à manutenção da matrícula dos filhos na escola e à regularidade da frequência escolar (Insper, 2023).

Em 2024, o governo federal introduziu a Lei n.º 14.818, que estabelece um incentivo financeiro educacional na forma de poupança para estudantes do Ensino Médio da rede pública. Essa medida alterou as disposições da Lei n.º 13.999, de 18 de maio de 2020, e da Lei n.º 14.075, de 22 de outubro de 2020. O objetivo é permitir que estudantes de baixa renda permaneçam na escola e concluam a educação básica, além de continuarem seus estudos subsequentes, contribuindo para a redução da evasão escolar.

A lei promulgada concede um incentivo financeiro educacional na forma de poupança, com o objetivo de incentivar alunos do Ensino Médio a permanecerem na escola e completarem a educação básica, visando reduzir os preocupantes índices de evasão escolar no Brasil. Esse benefício destina-se especificamente aos

estudantes de baixa renda matriculados no Ensino Médio da rede pública, em todas as suas modalidades, cujas famílias estejam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) (BRASIL, 2024).

Para acessar o benefício, são estabelecidos critérios específicos: os alunos devem efetuar a matrícula no início de cada ano letivo, manter uma frequência escolar correspondente a pelo menos 80% das horas letivas totais, ser aprovados ao término de cada ano letivo, participar de avaliações externas como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e avaliações aplicadas pelos outros entes federativos, quando existirem, além de participar do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) quando estiverem no último ano do ensino médio público. Na modalidade EJA, devem participar do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) (Brasil, 2024).

Embora seja reconhecido que essas políticas de apoio financeiro têm um impacto positivo na redução da evasão escolar, é fundamental ampliar essas iniciativas para enfrentar essa problemática complexa. Isso inclui a reformulação dos currículos escolares, o aprimoramento da formação de professores e de toda a equipe educacional, a melhoria das condições de trabalho dos docentes, investimentos em tecnologia e infraestrutura escolar. Tais medidas também contribuem significativamente para mitigar os índices de evasão escolar.

Sibília (2012) apresenta exemplos de outros países que implementaram projetos para enfrentar os altos índices de evasão escolar. Em Nova York, desde 2008, um programa financiado por doações de fundações privadas premia alunos de 8 a 11 anos com pagamentos que podem chegar a até 10 dólares apenas por comparecerem às provas de Inglês e Matemática. Além disso, eles recebem um adicional de 20 a 40 dólares, dependendo das notas obtidas. O coordenador do programa explicou: “Tentamos de tudo para que as crianças estudassem, e não funcionou. Este programa é uma experiência, mas é essencial estarmos abertos para novas ideias e observarmos os resultados”.

Esses programas de apoio financeiro estudantil, se forem bem planejados e realmente atenderem alunos de baixa renda com assistência pedagógica adequada, podem gerar resultados positivos. Em geral, para os beneficiários, é exigida uma frequência escolar superior a 75% e a participação em avaliações externas. No exemplo de Nova York, os alunos são premiados apenas por comparecerem às avaliações de Inglês e Matemática e recebem bônus se obtiverem bons resultados

nessas avaliações (Sibília, 2012). Podemos concluir que esses programas vem demonstrando eficaz para essa parcela da população

1.5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À EVASÃO ESCOLAR NO ESTADO DE GOIÁS

O governo de Goiás, em parceria com o Instituto Unibanco, lançou o programa "Busca Ativa: Acolher para Permanecer" com o objetivo de promover a permanência dos alunos na rede pública estadual de ensino. Desenvolvido pelas superintendências da Secretaria de Estado de Educação de Goiás (Seduc-GO), o programa inclui o "Guia de Busca Ativa", que detalha o planejamento das ações necessárias e o fluxo de procedimentos a serem seguidos pelas escolas (Governo de Goiás, 2023).

Segundo o documento, o primeiro passo é registrar diariamente a frequência dos estudantes e monitorar atentamente as faltas não justificadas. Após três faltas não justificadas, a escola deve contatar os responsáveis pelo aluno para investigar o motivo das ausências. Caso não haja resposta, a escola deve realizar uma visita domiciliar na tentativa de reintegrar o estudante ao ambiente escolar. Se, mesmo após todas essas tentativas, o aluno não retornar à escola, o gestor deve formalizar um pedido de intervenção ao Conselho Tutelar por meio de um ofício.

A Secretaria de Estado da Educação, fundamentada no artigo 205 da CF/1988, estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, sua preparação para o exercício da cidadania e sua capacitação para o trabalho. Além disso, conforme o artigo 208, o Estado reconhece a importância de ações voltadas para o censo dos educandos no Ensino Fundamental, realização da chamada e garantia, em conjunto com os pais ou responsáveis, da frequência escolar.

A Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) com vigência de 10 anos, em consonância com o disposto no artigo 214 da CF/1988, que determina a implementação de políticas de prevenção à evasão escolar, destaca a necessidade de cumprimento das metas e estratégias definidas no artigo 3º do PNE dentro do seu período de vigência.

Considerando a Lei estadual n.º 18.969, de 2015, que instituiu o Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio 2015-2025, cujo Anexo I prevê a obrigação de desenvolver, nas unidades escolares, projetos e programas destinados à redução das taxas de abandono e evasão escolar, e levando em conta o “Guia de Busca Ativa”, elaborado pela Superintendência de Organização e Atendimento Educacional, resolve-se instituir, como já referenciado, o programa “Busca Ativa: Acolher para Permanecer” como estratégia para acolher e manter os estudantes na sala de aula, por meio do acompanhamento e do monitoramento da trajetória acadêmica e pessoal dos estudantes das unidades educacionais da Rede Pública Estadual de Ensino de Goiás, visando combater o abandono e a evasão escolar (Governo de Goiás, 2023).

Importa esclarecermos que o abandono escolar consiste no ato de o estudante ter efetuado a matrícula e deixado de frequentar as aulas durante o ano letivo, sem solicitar transferência para outra unidade escolar. Por sua vez, a evasão escolar diz respeito à situação em que o estudante, aprovado, reprovado ou ausente no ano anterior, não realiza a matrícula para o ano subsequente.

O programa “Busca Ativa” estabelece que as três instâncias que compõem a Rede Pública Estadual de Ensino de Goiás – a Seduc, as Coordenações Regionais de Educação (CREs) e as Unidades Educacionais – devem desenvolver ações de busca ativa voltadas para o acolhimento e a permanência dos estudantes na escola. Isso inclui receber os alunos com empatia, apoio e orientação imediata diante de situações emergenciais, auxiliando-os na resolução dos problemas apresentados; promover campanhas de mobilização, sensibilização e incentivo para que prossigam com os estudos; elaborar e implementar um plano estratégico para prevenir o abandono e a evasão escolar; oferecer orientação contínua e esclarecer dúvidas ao longo do processo; monitorar de forma contínua os dados e os procedimentos da busca ativa, identificando oportunidades para intervenções eficazes; e acompanhar a implementação de todas as estratégias desenvolvidas para corrigir desvios de percurso.

O Programa “Busca Ativa” também estabelece que o Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas inclua estratégias de busca ativa. Ele orienta as unidades escolares a seguirem um fluxo de ação específico para essa estratégia, que envolve várias etapas. Primeiramente, os professores registram a frequência dos estudantes e inserem esses dados no Sistema Administrativo e Pedagógico

(Siap). Em seguida, acompanham a frequência e o desempenho dos estudantes para identificar ausências e desigualdades de aprendizagem através do Sistema de Gestão para o Avanço Contínuo da Educação (Sigae).

Ao identificar os estudantes com baixa participação, desempenho abaixo do esperado ou ausências frequentes, a equipe gestora entra em contato com os responsáveis por meio de mensagens eletrônicas ou ligações telefônicas; em casos necessários, mobiliza a articulação interinstitucional com setores como Secretarias de Saúde, Ministério Público e outros órgãos da Rede de Proteção. Se necessário, realiza visitas domiciliares aos estudantes e, após dez faltas consecutivas e esgotadas todas as tentativas de contato e visita, encaminha um ofício ao Conselho Tutelar, documentando todas as ações realizadas durante a busca.

Além disso, o programa determina que o assessor pedagógico da CRE e o Tutor Educacional monitorem e acompanhem todas as etapas da busca ativa na unidade educacional. A Superintendência de Organização e Atendimento Educacional, por meio da Gerência de Tutoria, coordena globalmente essa ação na Rede Pública Estadual de Ensino de Goiás (Governo de Goiás, 2023).

O número de jovens que abandonaram os estudos reduziu significativamente, de 77.879 para 35.696, sendo que o governo do estado atribui essa queda aos investimentos no setor e às políticas públicas que incentivam a permanência dos alunos em sala de aula. Em 2021, o Estado de Goiás apresentou uma das menores taxas de evasão escolar, com uma redução de 54% em relação a 2018. Segundo a Seduc-GO, entre 2018 e 2021, houve uma diminuição expressiva no número de jovens que abandonaram os estudos de um ano para outro, passando de 77.879 para 35.696. O dado foi celebrado pela gestão, que atribuiu esse resultado aos investimentos em infraestrutura, à instalação de laboratórios em toda a rede estadual e à implementação do programa de bolsa estudantil para alunos do Ensino Médio (Governo de Goiás, 2023).

Para a Secretaria de Educação, essas políticas de enfrentamento têm incentivado os jovens a acreditarem na educação e a permanecerem na escola, o que tem contribuído para a redução no número de alunos que abandonam os estudos no estado. O governador destacou que a situação era particularmente preocupante no Ensino Médio, com uma alta taxa de evasão no passado. No entanto, foram adotadas medidas eficazes para manter os alunos na escola, incluindo a criação de programas como o Jovem Aprendiz e o Bolsa Estudo. Para

receberem o benefício mensalmente, os estudantes precisam cumprir requisitos específicos, como alcançarem uma frequência mínima nas aulas.

O programa “Bolsa Estudo” destina uma ajuda de custo no valor de R\$ 111,92 mensais aos estudantes do Ensino Médio. Em 2024, os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental também foram incluídos no programa.

Além do programa Bolsa Estudo, a Seduc-GO implementou diversas outras políticas públicas para combater a evasão escolar, como investimentos na reforma das unidades escolares em todo o estado, distribuição de uniformes, entrega de computadores e instalação de laboratórios de física, química, biologia e informática, visando promover aulas mais práticas e menos teóricas (Governo de Goiás, 2023).

A partir de 2021, o estado passou a oferecer aos alunos do Ensino Médio da rede pública uma Bolsa Estudo vinculada à Seduc-GO. O objetivo é incentivar a aprendizagem e a permanência dos estudantes em sala de aula, além de mitigar os impactos econômicos adversos da pandemia de Covid-19, através da transferência de renda conforme estabelecido por lei e seu regulamento.

A Seduc-GO está autorizada a implementar anualmente essa transferência de renda aos beneficiários, de acordo com a disponibilidade orçamentária do exercício financeiro vigente, podendo o valor individual da Bolsa Estudo alcançar até R\$ 100,00 mensais (Governo de Goiás, 2023). Após aprovação na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), o programa Bolsa Estudo destinará, de fevereiro de 2024 a dezembro de 2026, dez parcelas mensais no valor de R\$ 111,92 a todos os alunos das três séries do Ensino Médio e do 9º ano do Ensino Fundamental da rede pública estadual de Educação. A bolsa visa incentivar a frequência escolar e o desempenho acadêmico, exigindo dos estudantes uma frequência mínima de 75% e média bimestral mínima de 6,0 nas atividades escolares.

Em consonância com essas iniciativas, a Seduc-GO publicou a Lei Estadual n.º 22.526, de 5 de janeiro de 2024, que introduziu alterações na concessão de gratificações aos servidores que integram as equipes gestoras das escolas estaduais. Além disso, foi emitido o Decreto n.º 10.382, que regulamenta e normatiza as funções comissionadas educacionais dentro da estrutura da Seduc-GO.

O governo do estado de Goiás implementou uma nova regra para a gratificação dos diretores das escolas públicas estaduais, vinculando-a à frequência e ao desempenho dos alunos. Essa medida visa reduzir a evasão escolar e fortalecer os níveis de aprendizagem. Com as mudanças, as gratificações por

exercício de função comissionada educacional aos gestores escolares, secretários escolares e coordenadores administrativos e financeiros (CAFs) serão divididas em duas partes: 50% do valor fixo, concedido ao servidor pelo efetivo exercício na função e relacionado com o porte (número de alunos) da escola; e 50% variável, avaliado com base no mérito, desempenho e permanência dos estudantes, incluindo o acompanhamento das matrículas e frequências. Essa nova regra atribui aos gestores escolares uma responsabilidade adicional no combate à evasão escolar, uma vez que as gratificações agora estão diretamente ligadas à frequência dos alunos (Governo de Goiás, 2023).

No contexto do plano estadual de educação (2015/2025), o estado de Goiás estabeleceu metas ambiciosas para melhorar o sistema educacional. Ao longo de cinco anos, pretende universalizar o atendimento escolar para a população de 15 a 17 anos e elevar a taxa líquida de matrícula no Ensino Médio para 85% até o final do período. Além disso, o plano prevê o desenvolvimento de projetos e programas dentro das unidades escolares que oferecem essa etapa de ensino, com o objetivo de reduzir as taxas de abandono e evasão escolar. Essas iniciativas visam não apenas melhorar a frequência dos alunos, mas também prevenir discriminações, preconceitos, violência, consumo de drogas e gravidez na adolescência, em colaboração com as famílias e outros órgãos públicos pertinentes.

2 TRAJETÓRIA DA CRIAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL

Neste capítulo, analisaremos o contexto histórico e cultural que levou à implementação do ensino secundário no Brasil. Serão examinadas influências externas, como as práticas educacionais europeias, além de fatores internos, como as demandas da elite colonial e as políticas educacionais da coroa portuguesa. Identificaremos os principais marcos históricos na evolução do ensino secundário brasileiro, incluindo reformas educacionais, legislações específicas e movimentos sociais que impactaram sua configuração. Investigaremos o papel das políticas públicas e dos atores políticos na criação e desenvolvimento do ensino secundário no Brasil. Contextualizaremos a criação do ensino secundário em relação às transformações sociais, econômicas e culturais ocorridas no Brasil ao longo do tempo. Refletiremos sobre os desafios enfrentados pelo ensino secundário na atualidade, tais como a qualidade do ensino, a desigualdade de acesso e os problemas de infraestrutura. Por fim, discutiremos perspectivas futuras para o desenvolvimento dessa etapa da educação básica.

A história do ensino secundário no Brasil é marcada por avanços e retrocessos, refletindo as transformações políticas, econômicas e sociais do país. Embora tenham sido feitos progressos significativos em termos de inclusão e expansão do acesso, a busca por uma educação secundária de qualidade continua sendo um desafio central para o desenvolvimento do sistema educacional brasileiro.

Com a promulgação do Decreto n.º 4.240/1942, foi estabelecida a Lei Orgânica do Ensino Secundário, encerrando o ensino complementar e instituindo os cursos médios, com uma duração de três anos, destinados a servir como uma etapa de transição para o ensino superior. Esse caminho não estava disponível no ensino profissional (normal, agrotécnico, comercial técnico e industrial).

Segundo Nascimento (2007), trata-se de uma reforma elitista e conservadora que consolidou o dualismo educacional, ao oficializar que o ensino secundário público era destinado às elites dirigentes, enquanto o ensino profissionalizante era voltado para as classes populares, conforme as justificativas apresentadas pelo Ministro Gustavo Capanema.

É evidente que essas reformas estavam inseridas em um contexto de arena política, na qual, de um lado, encontravam-se os conservadores, que acreditavam que a promoção da educação pública não era responsabilidade do Estado, e, de

outro lado, setores mais progressistas, que defendiam uma escola pública, laica, gratuita, obrigatória e de qualidade para toda a população.

Posteriormente, na década de 1960, com a promulgação da LDB – Lei n.º 4.024/61, foram estabelecidos o ensino primário (com duração de 4 anos) e o ensino secundário (com duração de 7 anos), este último abrangendo o ginásio, equivalente ao atual anos finais do Ensino Fundamental (com duração de 4 anos), e o colegial, correspondente ao atual Ensino Médio (com duração de 3 anos). "Para ingressar no ensino secundário, era necessário passar em um exame de admissão" (QUEIROZ *et al.*, 2009, p. 3).

Uma década mais tarde, com a promulgação da Lei n.º 5.692/71, o governo militar introduziu algumas modificações na estrutura educacional. Com essa nova legislação, o ginásio e o primário foram fundidos, dando origem ao 1º Grau, com duração de 8 anos, enquanto o antigo colegial foi reconfigurado como 2º grau, ainda com 3 anos de duração (Queiroz *et al.*, 2009). Nesse período, o Ensino Médio assumiu uma abordagem altamente profissionalizante. Nesse momento, houve a compreensão de que esse nível de ensino deveria preparar os estudantes para o mercado de trabalho.

Com a promulgação da LDB de 9394/96, as finalidades do Ensino Médio foram definidas, visando à consolidação e ao aprimoramento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental. Elas incluem proporcionar continuidade nos estudos, oferecer uma preparação básica para o mercado de trabalho e para a cidadania do aluno, promover a continuidade da aprendizagem, capacitando o aluno para se adaptar e se flexibilizar diante de novas condições de ocupação ou de aperfeiçoamento futuros. Além disso, visa preparar o aluno como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, e possibilitar a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática (BRASIL, 1996).

É fato que a educação brasileira tem sido influenciada por bases históricas elitistas, cujo entendimento é crucial para compreendermos as formas que a educação básica assumiu na contemporaneidade. Desde sua criação, o Ensino Médio passou por uma série de mudanças significativas, refletindo as evoluções sociais, políticas e econômicas. Nesse sentido, é importante destacarmos essas transformações em busca de um entendimento mais profundo sobre como essa

etapa de ensino se adaptou e se desenvolveu ao longo do tempo.

Ao longo das décadas, o Ensino Médio evoluiu de um sistema restrito, elitista e tradicional para um sistema que busca ser mais inclusivo, flexível e alinhado com as necessidades dos estudantes e do mercado de trabalho. Essas transformações incluíram reformas curriculares, mudanças na estrutura do Ensino Médio, introdução de novas disciplinas e busca por uma educação de qualidade para todos.

As políticas educacionais e as concepções sobre o papel do Ensino Médio na formação dos estudantes também sofreram mudanças significativas. A compreensão de que essa etapa de ensino desempenha papel fundamental na preparação dos jovens para a vida adulta e para o mercado de trabalho, bem como na preparação para o ingresso no ensino superior, levou ao seu reposicionamento como uma etapa fundamental da educação básica.

Com a implementação de políticas como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), e programas de acesso ao ensino superior, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), houve um avanço significativo em direção a uma maior inclusão e continuidade dos estudos. No entanto, desafios persistentes, como a qualidade do ensino, a formação de professores e a infraestrutura escolar, ainda demandam atenção.

O Ensino Médio no Brasil enfrenta desafios contemporâneos, como a necessidade de adaptação às novas tecnologias, a promoção de uma educação inclusiva que atenda às necessidades dos alunos com deficiência, e a busca por maior integração com o ensino superior.

Ao explorarmos as reformas e transformações no Ensino Médio brasileiro, é preciso considerar como essas mudanças têm impactado a experiência dos estudantes, o acesso à educação e as perspectivas para o futuro. Examinaremos as políticas atuais e as tendências que estão moldando essa etapa do ensino, à medida que o país continua a sua jornada em busca de uma educação de qualidade e inclusiva para todos os jovens.

2.1 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB) n.º 9.394/96

O artigo 4º da LDB de 9394/96 destaca o dever do Estado de fornecer

educação pública, com o propósito de desenvolver o educando, garantindo-lhe uma formação comum indispensável para o exercício da cidadania e provendo meios para que progrida no trabalho e em seus estudos (BRASIL, 1996). Ainda de acordo com essa lei, o Ensino Médio, última etapa da educação básica, com duração mínima de 3 anos, possui diversas finalidades, tais como a consolidação e o aprimoramento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, oferecendo a possibilidade de continuação dos estudos. Além disso, visa proporcionar uma preparação básica para o trabalho e para a cidadania, capacitando o aluno a continuar aprendendo e adaptar-se com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento futuros. O Ensino Médio também busca aprimorar o educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. Para tanto, é importante que os alunos compreendam os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática em cada disciplina.

O Ensino Médio foi configurado pela Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, como a última etapa da educação básica. Passou, então, a ter a finalidade de consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, além de possibilitar a continuidade nos estudos.

A referida legislação estabelece como princípio a universalização da educação básica, tornando-a obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade. A lei enfatiza a importância da diversificação curricular no Ensino Médio, permitindo que os alunos escolham áreas de conhecimento específicas, como Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas, e Ensino Técnico e Profissionalizante. E ainda, determina o Ensino Religioso como uma disciplina de oferta obrigatória nas escolas públicas, mas com matrícula facultativa para os alunos, respeitando a diversidade religiosa do país, e passa a determinar a realização de avaliações educacionais em todos os níveis de ensino, com o objetivo de monitorar a qualidade da educação e aprimorar as políticas educacionais.

A lei preconiza a gestão democrática das escolas, envolvendo a participação de pais, alunos, professores e funcionários nas decisões escolares. Além disso, promove a inclusão de estudantes com deficiência nas escolas regulares, estabelecendo diretrizes para a educação inclusiva e a acessibilidade. Incentiva também a formação técnica e profissionalizante, possibilitando que os estudantes combinem o Ensino Médio com a formação técnica, facilitando sua inserção no

mercado de trabalho.

Essa legislação também regula o funcionamento das instituições de ensino superior, incluindo universidades e faculdades, e estabelece diretrizes para a organização dos cursos de graduação e pós-graduação. E mais, determina que a União, os Estados e os Municípios devem investir uma parte específica de sua receita na educação, garantindo recursos adequados para o sistema educacional (BRASIL, 1996).

A lei estabelece diretrizes para a formação de professores, incluindo a obrigatoriedade de cursos de licenciatura para quem deseja lecionar. Reconhece a Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) como a língua das pessoas surdas no Brasil e determina que ela seja utilizada como meio de comunicação nas escolas e instituições de ensino. Regulamenta também a oferta de cursos a distância, estabelecendo critérios para a autorização e o funcionamento desses cursos.

Essas são algumas das principais características da LDB 9.394/1996 que moldam o sistema educacional brasileiro e orientam as políticas educacionais em todo o país. Dessa forma, esta lei é fundamental para a organização e a qualidade da educação no Brasil.

2.2 ENSINO MÉDIO NOTURNO

O Ensino Médio noturno desempenha papel fundamental na oferta educacional, uma vez que trata-se de uma modalidade de ensino que atende a uma população diversificada e com necessidades específicas, frequentemente composta por adultos que buscam concluir sua educação formal após um período de trabalho ou outras responsabilidades diurnas.

Neste tópico, visamos explorar a importância e as características do Ensino Médio noturno, bem como suas implicações na vida dos estudantes e no sistema educacional em geral.

Essa modalidade de ensino é um componente essencial do sistema educacional, proporcionando acesso à educação a grande parcela da população que não teria oportunidade de continuar seus estudos. Muitos desses estudantes desempenham várias atividades durante o período diurno, trabalha em tempo integral, tornando o ensino noturno a única forma viável de prosseguir com sua

formação. Portanto, é fundamental para grande massa de jovens e adultos que precisaram interromper seus estudos para ingressar no mercado de trabalho, uma vez que promove oportunidades de aprendizado a um público que, por diferentes motivos, não pôde frequentar as aulas durante o período diurno.

O ensino no período noturno é importante para a promoção da igualdade de acesso à educação, permitindo que jovens e adultos conciliem suas obrigações diurnas, como trabalho ou outras ocupações, enquanto buscam concluir a educação básica e, muitas vezes, ingressar em uma universidade.

Embora seja fato que o Ensino Médio noturno tenha possibilitado o acesso dos alunos à educação, é importante ressaltar que não garantiu sua permanência. Ao longo dos anos, houve uma crescente evasão escolar, por diversos motivos: entrada precoce no mercado de trabalho, gravidez na adolescência, violência, desinteresse nos estudos, reprovações, envolvimento com as drogas, dentre outros.

Esse ambiente de ensino apresenta características únicas, como turmas geralmente menores e uma população estudantil mais madura, que frequentemente compartilha experiências de vida semelhantes. Muitos estudantes trabalham durante o dia e frequentam as aulas à noite, encontrando colegas com realidades de vida parecidas. Além disso, docentes do Ensino Médio noturno enfrentam diariamente desafios específicos relacionados com a motivação dos estudantes e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas eficazes que atendam às necessidades individuais de um grupo diversificado. Muitos professores chegam ao período noturno já cansados de uma jornada diurna de trabalho, tendo lecionado no período matutino e vespertino para complementar sua carga horária, o que pode interferir em seu desempenho e nas aulas ministradas à noite.

A seguir, examinaremos a importância do Ensino Médio para a promoção da educação ao longo da vida, sua contribuição para a inclusão social e suas implicações na formação de cidadãos. Também discutiremos as políticas educacionais que podem impactar essa modalidade de ensino e as estratégias que podem ser implementadas para torná-lo mais eficaz na consecução dos objetivos educacionais e sociais.

Importa salientarmos que o Ensino Médio noturno representa uma parcela essencial do sistema educacional, oferecendo oportunidades valiosas de aprendizado para um público diversificado e muitas vezes negligenciado. Esse público está trabalhando durante o dia, e ao anoitecer as luzes da sala acolhem

aqueles que tiveram de escolher trilhar o caminho da educação após o expediente de trabalho, compromissos familiares ou outras responsabilidades diurnas. Por conseguinte, tem sua relevância, Por mais que enfrente desafios, impacta a vida dos estudantes adultos e jovens que buscam essa oportunidade de educação flexível.

Essa modalidade de ensino preenche uma lacuna na educação ao abrir portas para aqueles que enfrentam restrições de horário diurno, como empregos em período integral, responsabilidades familiares ou outras circunstâncias pessoais. O ensino noturno permite que os alunos continuem sua jornada educacional e obtenham o certificado de Ensino Médio, concluindo, assim, a educação básica. Isso aumenta as chances de ampliação do conhecimento e melhoria de salário, além de possibilitar a continuação da formação acadêmica no ensino superior.

É imprescindível pontuarmos que essa modalidade de ensino também enfrenta alguns desafios, como a necessidade de adaptar práticas pedagógicas e currículos para atender às necessidades específicas de uma população diversificada. A gestão do tempo e a motivação para estudar após um dia de trabalho podem ser um fator decisivo para continuar com os estudos. Além disso, as turmas são diversas, compostas por estudantes de diferentes faixas etárias e origens, o que exige uma abordagem inclusiva e flexível por parte dos professores. Dessa forma, o planejamento das aulas deve ser diferenciado para atender a essas demandas.

Observamos que, geralmente, essa etapa de ensino desempenha papel vital na promoção da educação acessível e inclusiva, permitindo que mais pessoas alcancem seus objetivos educacionais, independentemente de suas circunstâncias pessoais. Isso porque o Ensino Médio noturno passou por uma série de transformações ao longo das últimas décadas em resposta às mudanças sociais, econômicas e educacionais. Essas transformações visaram torná-lo mais acessível, flexível e relevante para atender às necessidades de um público diversificado.

A transformação mais significativa foi a expansão do acesso ao ensino. O número de vagas disponíveis era limitado, tornando difícil para muitos alunos adultos ou trabalhadores frequentarem a escola à noite. No entanto, esforços foram feitos para aumentar a oferta de vagas e tornar a educação noturna mais acessível.

Com o avanço da tecnologia, houve a possibilidade de introduzir o ensino na modalidade de educação a distância (EaD), através de meios tecnológicos, internet ou via-satélite, em que alunos e docentes estão separados fisicamente, mas presentes em um ambiente virtual de ensino-aprendizagem. Essa adaptação

permitiu que os alunos tivessem mais flexibilidade para estudar em casa e acessar materiais *online*, tornando o ensino mais adaptável às agendas lotadas.

É importante destacarmos que o ensino em EaD é um diferencial, mas não podemos deixar de mencionar a questão da disponibilidade de acesso à internet: nem todos os alunos têm acesso à rede, especialmente aqueles que residem em regiões sem cobertura, o que representa mais um desafio para a eficácia dessa modalidade educacional. O período de fechamento das escolas durante a pandemia de Covid-19 evidenciou bem essa situação: alguns estudantes não conseguiam acompanhar as aulas devido à dificuldade com o sinal de internet. Assim, atividades eram impressas, recolhidas nas unidades educacionais e depois devolvidas para correção.

Com um currículo mais flexível, o Ensino Médio noturno também passou por mudanças para se tornar mais atrativo e alinhado às necessidades dos alunos. Isso inclui a incorporação de disciplinas eletivas, projetos interdisciplinares e a adaptação dos conteúdos para torná-los mais relevantes para a vida cotidiana e profissional dos alunos. Esse currículo cumpre papel importante na inclusão social, permitindo que pessoas de diferentes origens e idades tenham acesso à educação formal, contribuindo para a redução das desigualdades educacionais no país.

É digno de registro o esforço contínuo empregado para melhorar as práticas pedagógicas no Ensino Médio noturno, tornando-o mais envolvente e centrado no aluno. Isso inclui a formação de professores e a busca por métodos de ensino inovadores. No entanto, é importante observarmos que essa modalidade ainda enfrenta desafios, como a necessidade de recursos adicionais, infraestrutura adequada e políticas educacionais eficazes para atender às necessidades dos estudantes de maneira abrangente.

2.3 REFORMA DO ENSINO MÉDIO – LEI N.º 13.415/2017

A Lei n.º 13.415/2017, conhecida como a Reforma do Ensino Médio, introduziu mudanças significativas no sistema educacional brasileiro; em particular, no Ensino Médio. Analisaremos neste tópico alguns dos principais aspectos dessa lei.

A reforma do Ensino Médio proporcionou maior flexibilidade curricular,

permitindo aos estudantes escolherem parte dos componentes curriculares, podendo optar por áreas de conhecimento específicas (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas) e cursos técnicos e profissionalizantes. Sendo que esta flexibilidade visa tornar o currículo mais relevante para os interesses e as aspirações dos alunos.

Além disso, houve uma ampliação da carga horária. A lei aumentou a carga mínima do Ensino Médio de 800 para 1.000 horas anuais, o que se traduz em uma carga diária maior. Isso permite uma abordagem mais aprofundada dos conteúdos e uma maior integração entre teoria e prática. No que se refere à formação de professores, a reforma estabelece diretrizes que incluem a necessidade de aprimorar a formação pedagógica e a capacitação para atender às demandas do novo currículo. Além disso, enfatiza a educação técnica e profissionalizante, permitindo que os alunos optem por uma formação técnica, preparando-os para o mercado de trabalho desde cedo.

Ela também introduz aulas na modalidade EaD, dado que autoriza a oferta de até 40% da carga horária do Ensino Médio nessa modalidade, desde que observadas as diretrizes definidas. Todavia, essas alterações vão ocorrer de forma gradual ao longo dos anos de implementação da reforma, de modo que os sistemas de ensino e as escolas se adaptem às novas diretrizes (BRASIL, 2017).

De acordo com a Agência do Senado (2023), em audiência pública realizada pela Subcomissão Temporária para Debater e Avaliar o Ensino Médio no Brasil (Ceensino), a maioria dos participantes afirmou que a reforma conduzida durante o governo Michel Temer, que culminou na Lei 13.415/2017, ignorou professores e estudantes no processo de discussão e está longe de resolver os desafios de melhorar a educação no país. A criação de uma medida que impacta de forma tão direta a vida de milhares de alunos e professores, sem a participação destes no processo de construção, além de não solucionar os problemas do Ensino Médio, tende a ampliá-los, resultando em uma reforma dissociada das necessidades dos principais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

É importante observarmos que a Reforma do Ensino Médio gerou debates e opiniões divergentes. Alguns argumentam que a flexibilização curricular e a ênfase na formação técnica são aspectos positivos, pois tornam a educação mais alinhada com as necessidades dos estudantes e do mercado de trabalho. No entanto, críticos apontam desafios como a necessidade de infraestrutura adequada, a formação de

professores e a equidade no acesso a oportunidades educacionais.

A abordagem da Lei n.º 13.415/2017 deve considerar os prós e contras, bem como o impacto que teve na qualidade da educação e nas oportunidades para os estudantes brasileiros. Como ocorre com muitas reformas educacionais, seus resultados e suas implicações podem variar dependendo da implementação local e das políticas específicas adotadas por estados e municípios.

O Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos por meio da Universidade Federal de Goiás (UFG) expressou, em nota, sua posição contrária à orientação da Seduc-GO de transformar compulsoriamente as turmas do Ensino Médio Noturno em EJA nas escolas do estado. Para o Fórum, a medida visa impedir que os estudantes participem do Enem 2023/2, uma vez que essa avaliação mede o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) (UFG, 2023).

Essa mudança no formato do ensino noturno evidencia o receio da Seduc-GO em relação ao desempenho escolar dos jovens, temendo que os resultados das avaliações não sejam favoráveis e prejudiquem a posição de Goiás em relação a outros estados brasileiros, além de possivelmente refletirem de maneira negativa nas médias constitutivas do Ideb.

Para o Fórum, ocorreu o descumprimento da legislação que regulamenta a oferta da EJA presencial no sistema educacional do estado de Goiás. As escolas envolvidas não foram devidamente orientadas sobre o processo de autorização de funcionamento do curso, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE/GO), conforme a Resolução CEE/CP n.º 8, de 9 de dezembro de 2016 (UFG, 2023).

É evidente que essa mudança retirou dos alunos o direito de continuarem no Ensino Médio regular, modalidade na qual se matricularam no início do ano letivo. De forma compulsória, todos os estudantes das 1ª, 2ª e 3ª séries foram transferidos do Ensino Médio Noturno Regular para a EJA. Isso impediu, especialmente os estudantes da 3ª série, de acessarem e se apropriarem dos conhecimentos necessários para a conclusão da educação básica. Além disso, esses alunos prestariam o Enem, sendo que essa avaliação é a principal forma de ingresso nas universidades públicas, bem como meio de obtenção de financiamentos em cursos de universidades privadas.

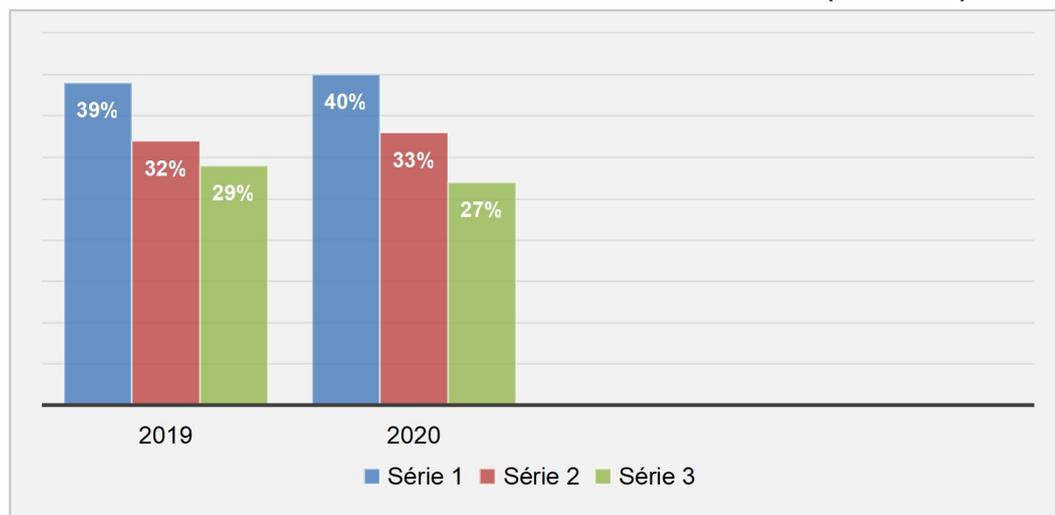
Essa mudança afetou, principalmente, os alunos das turmas de 3ª série do Ensino Médio noturno. Isso porque, em vez de concluírem a educação básica no

final do ano de 2023, terminaram em junho, o que resultou em uma perda significativa para aqueles que se submeteriam ao Enem em novembro daquele ano.

Nesse contexto, a Seduc-GO decidiu emitir uma portaria, implementando a EJA 3ª etapa nas unidades escolares da rede pública de ensino de Goiás que ofereciam o Ensino Médio noturno regular. Com essa portaria, as unidades escolares deixaram de oferecer o Ensino Médio regular no período noturno, passando a ofertar exclusivamente a EJA.

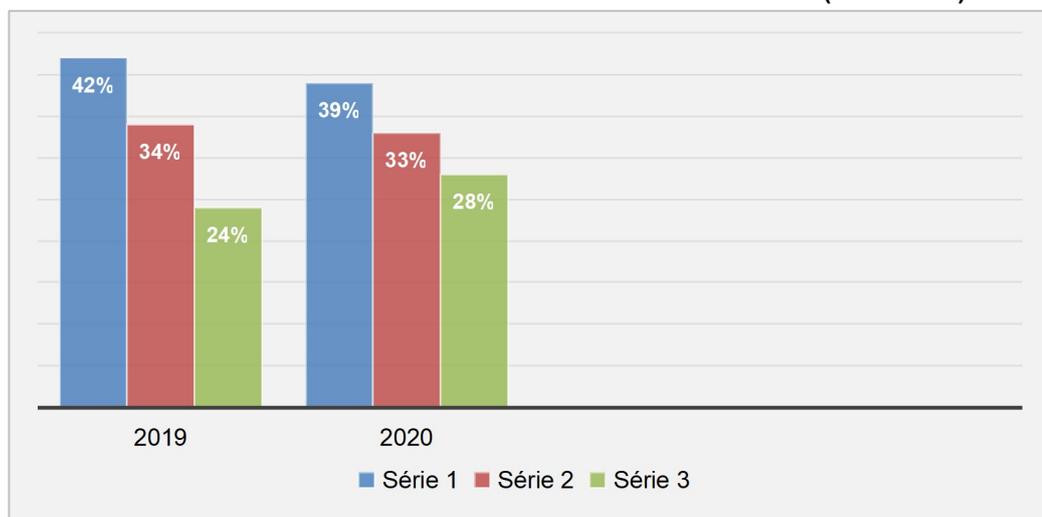
Os gráficos a seguir demonstram a evolução das matrículas no Ensino Médio nos anos de 2019 e 2020.

Gráfico 3 – Taxa de matrícula no Ensino Médio no Brasil (2019/2020)



Fonte: INEP (2020).

Gráfico 4 – Taxa de matrícula no Ensino Médio em Goiás (2019/2020)



Fonte: INEP (2020).

O Gráfico 3 mostra uma evolução no número de matrículas no Ensino Médio no Brasil, principalmente nas 1ª e 2ª séries no ano de 2020. Por sua vez, o Gráfico 4 apresenta um crescimento considerável na 3ª série no mesmo ano em Goiás. Apesar do aumento no número de matrículas, essa etapa de ensino vem enfrentando um problema grave ao longo dos anos: a evasão escolar. Por mais que os alunos consigam acessá-la, muitos não conseguem permanecer nela e concluí-la.

Ressaltamos que a evasão escolar no Ensino Médio é um fenômeno complexo e dinâmico que tem despertado a atenção e reflexão de diversos estudiosos ao redor do mundo. Dessa forma, uma análise sobre esse fenômeno transcende a mera ausência física dos estudantes nas salas de aula, adentrando a um panorama que envolve questões socioeconômicas, culturais, psicológicas e estruturais do sistema educacional. Nesse contexto, pensadores de diferentes áreas têm contribuído com perspectivas e análises aprofundadas sobre as causas e as consequências desse problema.

Bourdieu e Passeron (1975) argumentam que as condições socioeconômicas das famílias e as formas de capital cultural desempenham papel fundamental na permanência ou abandono dos estudos por parte dos jovens. A estrutura familiar é importante para o sucesso do aluno na escola; embora não deva ser considerada uma regra geral, famílias presentes na vida escolar dos filhos impactam positivamente sua trajetória acadêmica.

Freire (2013) destaca a importância do ambiente escolar e das práticas pedagógicas na motivação e engajamento dos estudantes. A falta de um ambiente escolar acolhedor, métodos de ensino descontextualizados e a ausência de conexão entre o currículo e a realidade dos alunos podem contribuir significativamente para o aumento da evasão escolar. Uma escola acolhedora, com professores comprometidos com o processo de ensino-aprendizagem dos alunos e um ambiente agradável, em que os alunos se sintam pertencentes, terá poucos casos de evasão escolar.

A importância de desenvolvimento e investimentos em políticas públicas de educação que visem à redução da evasão escolar é inegável. Um olhar mais criterioso sobre essa problemática no Ensino Médio revela a necessidade de uma abordagem integrada e multidisciplinar, que considere não apenas as causas imediatas, mas também os aspectos estruturais e sistêmicos que perpetuam esse problema, visando promover uma educação mais inclusiva e de qualidade, na qual

os estudantes possam ter participação ativa no processo de ensino-aprendizagem de forma democrática.

3 O QUE DIZEM ALGUNS PENSADORES SOBRE A EVASÃO ESCOLAR?

A evasão escolar no contexto do Ensino Médio é um desafio complexo que tem despertado o interesse e a preocupação de pensadores e estudiosos da educação ao longo dos anos. Desde os primeiros debates sobre políticas educacionais até as discussões contemporâneas sobre equidade, acesso e permanência na educação, intelectuais têm apresentado análises sobre as causas e consequências desse fenômeno.

Analisar o que dizem os pensadores sobre a evasão escolar no Ensino Médio nos possibilita um aprendizado amplo e profundo sobre o tema. Ao examinarmos as principais perspectivas teóricas e destacarmos suas contribuições para o entendimento e o enfrentamento desse desafio educacional, intentamos compreender a essência da evasão escolar, visando promover uma inclusão bem-sucedida dos alunos nessa etapa de ensino.

Apresentamos a seguir alguns autores como Freire (2013); Rumberger (2011); Durkheim (2014), que consideramos essenciais para a realização de nossa pesquisa. Suas contribuições foram fundamentais para nossa abordagem e entendimento sobre nosso objeto de estudo, permitindo-nos realizar uma análise aprofundada.

3.1 PRINCIPAIS ABORDAGENS SOBRE A EVASÃO ESCOLAR

Durkheim (2014) enfatizou a importância da escola como instituição central na socialização e na formação dos indivíduos. No entanto, mesmo com essa relevância, a evasão escolar persiste como um desafio, levando a reflexões sobre suas causas e implicações. É fato que a escola contribui significativamente para a formação dos jovens. Mesmo assim, milhares deles estão deixando seus estudos para ingressarem no mercado de trabalho em idade escolar, comprometendo, dessa forma, o próprio futuro.

Por sua vez, Freire (2013) trouxe uma perspectiva mais pedagógica ao enfatizar a importância de uma educação libertadora e significativa para motivar os alunos a permanecerem na escola. Ele acreditava que a educação deveria ser um processo de conscientização e empoderamento, o que poderia reduzir a evasão ao tornar a aprendizagem mais relevante e envolvente para os estudantes.

Rumberger (2011) desenvolveu o Modelo Ecológico de Evasão Escolar, que considera a evasão como um processo complexo influenciado por diversos fatores: individuais, familiares, escolares e comunitários. Essa abordagem ampla do tema permitiu aos pesquisadores considerarem a interação dinâmica entre esses fatores ao estudarem a evasão escolar.

Existem vários fatores de risco que aumentam a probabilidade de um aluno abandonar a escola. Isso inclui aspectos individuais, como desempenho acadêmico insatisfatório, reprovação, defasagem idade-série, falta de motivação e cansaço físico e mental, além de aspectos familiares, como instabilidade familiar e falta de apoio dos pais e responsáveis. Desse modo, é importante identificar e intervir com políticas públicas em relação a esses fatores para prevenir a evasão.

Salientamos que a evasão escolar não é um fenômeno simplista com uma única causa, e sim um processo diversificado. Os estudantes podem abandonar a escola por diversos motivos. Desse modo, as estratégias de prevenção precisam ser adaptadas a cada contexto e grupo de alunos, levando em consideração as diferentes realidades e visões de mundo.

A formulação e a aplicação de políticas públicas educacionais que combatam a evasão escolar envolvem o desenvolvimento e a implementação de projetos de apoio aos alunos em situação de risco. Isso inclui a realização de pesquisas para identificar e aplicar intervenções eficazes na prevenção da evasão, o monitoramento das faltas dos alunos e a busca junto aos responsáveis por justificativas plausíveis. É fundamental ter um grupo gestor em sintonia com a comunidade escolar, um projeto político-pedagógico voltado para a realidade do aluno e o processo de ensino-aprendizagem, além de envolver a comunidade nas decisões pedagógicas.

As contribuições Durkheim (2014), Freire (2013) e Rumberger (2011) são notáveis em virtude da abordagem abrangente que oferecem, criando possibilidades de políticas práticas para a prevenção da evasão escolar. Suas obras são fundamentais para orientar pesquisadores, educadores e formuladores de políticas públicas em busca de soluções eficazes para reduzir a evasão escolar e promover junto a jovens e adultos a conclusão bem-sucedida da educação básica.

Bourdieu e Passeron (1975), o conceito do chamado capital cultural, que inclui conhecimento, habilidades e disposições culturais transmitidas através das gerações no desempenho acadêmico. Com relação à evasão escolar, a carência de acesso ao capital cultural pode ser um fator significativo. Alunos que não têm

familiaridade com as normas e expectativas culturais da escola podem sentir-se desfavorecidos e desmotivados, sendo levados a abandonarem os estudos.

O conceito de *habitus*, desenvolvido por Bourdieu e Passeron (1975), refere-se às disposições internalizadas que moldam o comportamento e as escolhas de um indivíduo. Alunos de origens desfavorecidas podem ter um *habitus* que os faz perceber a escola como um ambiente novo e desconectado de sua realidade vivida. Isso pode influenciar em sua decisão de evadir-se da escola, por se sentirem desajustados nesse novo ambiente, desconectado de sua realidade. Nesse sentido, a escola não se alinha com seu *habitus*.

O conceito de reprodução social sugere que as desigualdades sociais são perpetuadas através das gerações, e a evasão escolar pode ser vista como parte desse processo. Sob essa perspectiva, crianças provenientes de famílias pobres têm menos recursos culturais e econômicos para obter sucesso na escola, estando em desvantagem. Como resultado, a evasão escolar pode ser considerada um mecanismo de reprodução social, levando os mais desfavorecidos a serem mais propensos a abandonarem a escola.

Segundo Bourdieu (2014), a escola pode, mais do que nunca e, em todo caso, da única maneira concebível em uma sociedade que proclama ideais democráticos, contribuir para a reprodução da ordem estabelecida, pois ela consegue melhor do que nunca dissimular a função que desempenha. Nesse sentido, essa instituição passa a ter papel decisivo na perpetuação ou na redução das desigualdades sociais e culturais.

Para promover a igualdade de oportunidades e favorecer aqueles que historicamente foram desfavorecidos, a escola precisa adotar uma postura mais acolhedora em relação às diferenças culturais entre os alunos de diferentes classes sociais. Isso significa tratar todos como iguais em termos de direitos e deveres, independentemente de sua origem social ou cultural. Essa instituição deve proporcionar um ambiente educacional equitativo, respeitando e incluindo as diversas culturas dos alunos. Quando a escola tenta ser neutra em relação às diferenças culturais, pode ampliar as desigualdades iniciais que existem na sociedade, pois as crianças das classes sociais mais favorecidas têm, muitas vezes, acesso a recursos culturais e sociais que as colocam em vantagem em relação às crianças das classes mais pobres.

Se a unidade escolar não reconhecer essas desigualdades culturais e não

adotar estratégias pedagógicas que considerem essa diferença, as crianças desfavorecidas podem enfrentar barreiras adicionais para o sucesso acadêmico, o que, por sua vez, tende a aumentar as taxas de evasão escolar entre esses grupos. Bourdieu (2014), chama a atenção para a importância de reconhecer e abordar as desigualdades culturais na educação, ao mesmo tempo em que alerta para o risco de que uma suposta neutralidade da escola possa, na verdade, aumentar as desigualdades existentes, contribuindo para a evasão escolar e a marginalização de certos grupos de alunos. Não podemos aplicar um tratamento igual a todos. Isso provavelmente maximizará as desigualdades, aumentando a probabilidade de os alunos desfavorecidos abandonarem a escola.

O sociólogo francês também introduziu o conceito de poder simbólico, referindo-se ao poder que as instituições culturais, como a escola, têm de legitimar as estruturas de poder existentes. Essas instituições podem excluir aqueles que não se encaixam em suas normas culturais, contribuindo, assim, para a evasão escolar (BOURDIEU, 2014).

Podemos discutir algumas estratégias para combater a evasão escolar, envolvendo a criação de ambientes escolares mais inclusivos e participativos, que reconheçam e valorizem a diversidade do capital cultural dos alunos. Isso pode incluir a adaptação dos currículos e abordagens pedagógicas, levando em consideração os diferentes *habitus*, que são instrumentos conceituais que ajudam a compreender uma certa homogeneidade nas disposições, nos gostos e nas preferências de grupos e/ou indivíduos, resultantes de uma mesma trajetória social e experiências dos alunos.

Sobre a evasão escolar, ainda na perspectiva abordada, é importante considerarmos o papel do capital cultural, do *habitus* e da reprodução social na compreensão desse fenômeno. Bourdieu (2014) destaca como as desigualdades sociais são refletidas no sistema educacional e como as instituições escolares podem ampliar e contribuir para a evasão escolar. Assim, o estudo sobre a evasão escolar exige uma abordagem complexa que reconheça e combata as desigualdades culturais e sociais presentes no sistema educacional.

Conforme Arroyo (1993), existe entre nós uma cultura do fracasso que se alimenta dele e o reproduz; uma cultura que legitima práticas, rotula os fracassados, trabalha com preconceitos de raça, gênero e classe, e que exclui porque reprovar faz parte da prática de ensinar-aprender-avaliar. Por exemplo, questões familiares,

falta de apoio educacional, pobreza, *bullying* e problemas de saúde podem contribuir tanto para o fracasso quanto para a evasão escolar. A responsabilidade da escola sobre a evasão escolar é significativa, dessa forma, as instituições precisam ser mais acolhedoras e inclusivas para que os alunos se sintam amparados e bem-vindos, transformando-se em um ambiente produtivo onde eles possam encontrar suporte pedagógico e emocional.

Devemos ressaltar que a evasão escolar não é apenas responsabilidade da escola, visto que é influenciada por uma série de fatores sociais e econômicos, como pobreza, desigualdade social, falta de suporte familiar, problemas de saúde, desinteresse do aluno pelos estudos, violência, drogas, gravidez e a entrada precoce desse aluno no mercado de trabalho, geralmente informal. As inadequações do sistema educacional e suas políticas também são fatores relevantes. Ignorar os fatores individuais pode limitar a compreensão completa dessa problemática.

As causas socioeconômicas e estruturais são fundamentais para compreendermos essa problemática. No entanto, é importante reconhecermos que a evasão escolar é um fenômeno complexo com múltiplas causas, e algumas delas podem ser de natureza individual ou familiar. Sendo assim, uma abordagem exclusivamente estrutural pode não contemplar adequadamente todas as dimensões desse fenômeno.

Dentre os fatores que contribuem para a evasão escolar, podemos destacar: políticas educacionais inadequadas, escolas desestruturadas e falta de recursos, currículo desarticulado com a realidade dos alunos, professores despreparados, metodologia inadequada, violência, dentre outros. Todos esses elementos podem contribuir para a criação de um ambiente propício à evasão escolar. Destarte, é necessária uma compreensão dentro do contexto social e cultural, reconhecendo que a evasão não é um fenômeno isolado, estando intrinsecamente ligada às desigualdades sociais, às questões econômicas e culturais presentes na sociedade brasileira. Isso inclui a pobreza, a exclusão social e a desigualdade de oportunidades. Sob essa perspectiva, políticas públicas educacionais que não levam em consideração as realidades sociais dos alunos e que se concentram apenas em metas de aprovação e reprovação podem contribuir para a evasão, em vez de combatê-la.

É fundamental compreender amplamente a realidade dos alunos, respeitando seu histórico de vida e sua complexidade social. Com relação a essa questão, é

equivocado culpar exclusivamente os alunos ou suas famílias pela evasão escolar, conforme abordagens tradicionais. Nesse sentido, importa considerarmos também o papel do sistema educacional e das políticas públicas na perpetuação desse problema.

Docentes e demais profissionais escolares desempenham papel fundamental na prevenção e na redução da evasão escolar. A formação de professores sensíveis às realidades dos alunos, capazes de criar ambientes escolares acolhedores e inclusivos, é essencial. Essa formação permite que esses profissionais lidem de maneira eficaz com os fatores que contribuem para a evasão escolar, desenvolvendo planejamentos e estratégias pedagógicas adequadas e eficientes para a integração social e cultural dos alunos.

Além disso, a valorização da diversidade cultural e social dos estudantes representa uma ferramenta poderosa no controle da evasão escolar. Portanto, é crucial que as escolas sejam espaços que respeitem e valorizem as diversas culturas, sociedades e situações econômicas dos alunos, criando um ambiente inclusivo onde todos se sintam bem-vindos e parte ativa da comunidade escola.

Com base no exposto, entendemos que o estudo realizado pelos teóricos citados nesta pesquisa sobre a evasão escolar, traz uma visão crítica das políticas educacionais, enfatizando a compreensão da evasão como um fenômeno enraizado em questões sociais mais amplas. A pesquisa discute a necessidade de criar políticas públicas mais sensíveis e inclusivas, bem como de proporcionar uma formação de professores alinhada com a realidade dos alunos, visando combater eficazmente a evasão escolar e promover uma educação mais inclusiva e participativa no sistema educacional brasileiro.

Uma das principais contribuições é a ênfase na relação entre evasão escolar e as condições socioeconômicas e culturais das comunidades em que os alunos estão inseridos. A evasão escolar está diretamente ligada às desigualdades estruturais, à falta de acesso a recursos educacionais adequados e à desconexão entre a cultura dos alunos e a cultura escolar predominante. Ouvir o estudante, compreender sua experiência e percepções sobre a escola e o ensino oferecido é essencial. Essa metodologia viabilizará uma compreensão mais ampla das razões pelas quais os alunos decidem evadir-se da escola.

O Brasil é um país muito desigual, essa desigualdade vem de certa forma contribuindo para aumentar os índices de evasão escolar. A desigualdade social,

estabelecida no cenário nacional, é um fator primordial para analisar e compreender o fenômeno da evasão escolar, que é amplamente debatido, estudado e analisado em escala global. Portanto, são necessárias políticas públicas para o enfrentamento desse fenômeno, que, para a maioria dos autores, tem sua origem nas desigualdades social, cultural e econômica.

Conforme o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF (2012), a violência é mais um fator que contribui para o processo de evasão escolar dos jovens, manifestando-se de várias formas nas escolas, incluindo o *bullying*, que pode trazer malefícios para o processo de ensino-aprendizagem dos jovens. As vítimas da violência, inclusive os agressores, perdem o interesse pela escola e se sentem desmotivados a continuar frequentando o meio escolar.

O grande problema, segundo o estudo, é que, apesar de os gestores e os professores admitirem a existência de violência entre os estudantes, as instituições não estão preparadas para enfrentá-la. Não há procedimentos de prevenção, controle e correção da violência que é praticada na escola e no seu entorno pelos próprios alunos, situação reforçada pela crença de que essa questão não faz parte das atribuições das instituições de ensino, segundo dados levantados pela pesquisa (UNICEF, 2012, p. 50).

Um estudo realizado pelo Instituto Sou da Paz (2023), divulgado em maio de 2023, apontou um índice alarmante de ataques às escolas brasileiras. Nesse ano, foram registrados nove ataques violentos, com várias vítimas noticiadas em diversas mídias no Brasil e no exterior. Muitos pais deixaram de mandar seus filhos para a escola por medo dos ataques que vinham ocorrendo em várias instituições de ensino no país. Isso forçou as autoridades a criarem medidas de segurança nas unidades escolares, incluindo a contratação de vigias e a instalação de sistemas de vigilância dentro e fora das escolas, para proporcionar mais segurança aos estudantes e a toda a comunidade escolar.

De modo geral, a prevenção da evasão escolar requer abordagens amplas e complexas. Isso inclui identificar e respeitar a realidade social de cada aluno e apoiar aqueles que se encontram em risco, desenvolvendo políticas públicas, elaborando programas de reforço acadêmico, promovendo um ambiente escolar seguro e inclusivo, e envolvendo ativamente os pais e a comunidade em geral no processo educacional. Por isso, é importante abordarmos as possíveis causas subjacentes, como desigualdades sociais, culturais e econômicas, para reduzir tanto o fracasso quanto a evasão escolar.

3.2 EVASÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DO FRACASSO ESCOLAR

O fracasso escolar pode ser um fator que contribui para a evasão escolar. Quando um aluno enfrenta repetidas reprovações e dificuldades acadêmicas, isso pode levar à desmotivação, à baixa autoestima e ao desinteresse pela escola, resultando, eventualmente, na decisão de abandonar os estudos. Por outro lado, a evasão escolar pode ser uma consequência do fracasso escolar. Alunos que estão enfrentando dificuldades significativas podem optar por sair da escola como uma forma de evitar a vergonha ou o constrangimento associados a notas baixas ou à repetência. Ambos os fenômenos estão interligados em um ciclo prejudicial, já que a evasão escolar pode agravar o fracasso educacional.

Para Baeta, Rocha e Brandão (1982), alguns fatores podem contribuir para a evasão escolar: individuais, familiares, escolares e socioeconômicos. Considerá-los ajuda a identificar as causas complexas desse fenômeno. Os autores defendem a educação inclusiva, enfatizando a importância de criar ambientes escolares acolhedores e inclusivos, em que todos os alunos se sintam valorizados e apoiados.

Como explicam Baeta, Rocha e Brandão (1982, p. 4):

'Os fatores escolares - quer na perspectiva da prática pedagógica, quer na de fatores institucionais - são apontados como tendo um papel considerável na 'produção do fracasso'. Aliás, a produção do fracasso a partir da escola parece ser uma das preocupações dominantes da abordagem das pesquisas que analisam a educação de um prisma contextual. Esta preocupação aparece desde o fatalismo dos que analisam a escola inspirados na 'Reprodução', até a perspectiva que objetiva o conhecimento da especificidade escolar. Estes últimos, sem descuidar dos aspectos sócio-culturais, vêm procurando identificar as formas como a escola, ela mesma, interfere na geração do fracasso escolar das camadas mais pobres'.

O fracasso escolar é um fenômeno complexo que envolve uma variedade de fatores, podendo ser compreendido como a incapacidade do estudante de atingir os objetivos educacionais esperados. Esse fenômeno se manifesta de diversas formas, como repetência, abandono escolar, evasão escolar e baixo desempenho acadêmico. É particularmente preocupante, pois impacta não apenas a trajetória individual dos estudantes, mas também a sociedade como um todo, perpetuando ciclos de pobreza e afetando o desenvolvimento social e econômico do país.

Sabemos que os fatores socioeconômicos exercem grande influência sobre o desempenho escolar. Estudantes de famílias de baixa renda enfrentam maiores dificuldades devido à falta de recursos, como materiais escolares adequados, acesso à internet e um ambiente apropriado para os estudos. Além disso, o trabalho na adolescência, muitas vezes necessário para contribuir com a renda familiar, leva muitos jovens a abandonarem a escola em idade escolar ou a faltarem frequentemente, prejudicando o processo de aprendizagem.

A qualidade do ensino ofertado também é um ponto a ser observado. A falta de investimento em infraestrutura, materiais pedagógicos e formação continuada para professores pode comprometer a qualidade do ensino oferecido. Metodologias ineficazes e currículos desvinculados da realidade dos alunos podem desmotivá-los e levar a desistências.

A estrutura familiar e o apoio oferecido pela família em casa cumprem papel fundamental no desempenho escolar; um ambiente familiar desestruturado ou que desvaloriza a educação pode influenciar negativamente os estudantes. E ainda, problemas emocionais e psicológicos, como ansiedade e depressão, podem prejudicar significativamente a capacidade de aprendizado e o desempenho escolar dos alunos.

Não podemos esquecer de mencionar que uma pesquisa feita pelo (PENAD, 2022), apontou que 40% dos jovens de 15 a 17 não tinha interesse em estudar

O impacto do fracasso escolar é amplo e profundo. Individualmente, os estudantes que fracassam na escola têm maiores probabilidades de enfrentar desemprego, subemprego e baixos salários na vida adulta. Socialmente, esse fracasso contribui para a perpetuação da desigualdade, posto que as oportunidades de ascensão social são limitadas para aqueles que não completam a educação básica.

Para mitigar o fracasso escolar, são necessárias intervenções diversificadas. Políticas públicas, como o investimento em educação, políticas de inclusão social e programas de transferência de renda, podem ajudar a reduzir as barreiras socioeconômicas.

É fundamental que a adoção de ações pedagógicas continue inovadora, utilizando metodologias de ensino interativas e contextualizadas, para promover um aprendizado mais significativo e motivador.

Além disso, é imprescindível aprimorar os serviços oferecidos de apoio

psicológico e orientação para estudantes e suas famílias, criando um ambiente mais favorável ao aprendizado. Envolver a comunidade no processo educativo, valorizando a educação e estabelecendo uma rede de suporte para os estudantes, também é essencial para enfrentar o fracasso escolar.

Patto (2022) realizou um estudo sobre a teoria da carência social intitulado "A Produção do Fracasso Escolar: Histórias de Submissão e Rebelia", no qual aborda uma pesquisa conduzida nos Estados Unidos, na década de 1970, acerca da questão do desempenho escolar.

No início dos anos 1970, a explicação da desigualdade educacional entre as classes sociais que vinha sendo formulada nos Estados Unidos desde os anos sessenta foi objeto de um número especial da Revista (1972). Basicamente, a 'teoria da carência cultural' passava a explicar esta desigualdade pelas diferenças de ambiente cultural em que as crianças das chamadas classes 'baixa' e 'média' se desenvolviam. A partir dos resultados de centenas de pesquisas, em sua maioria fiéis ao modelo experimental, sobre as características físicas, sensoriais, perceptivo-motoras, cognitivas, intelectuais e emocionais de crianças pertencentes a diferentes classes sociais, esta 'teoria' afirmou, em sua primeira formulação, que a pobreza ambiental nas classes baixas produz deficiências no desenvolvimento psicológico infantil que seriam a causa de suas dificuldades de aprendizagem e de adaptação escolar (PATTO, 2022, p. 171).

O fracasso escolar não é apenas uma questão individual, resultando, frequentemente, de uma série de fatores, incluindo deficiências no sistema educacional, falta de apoio familiar e condições socioeconômicas desfavoráveis. Isso mostra a importância de compreendermos as causas subjacentes do fracasso escolar e de adotar uma abordagem mais ampla para resolver o problema. O desenvolvimento de políticas públicas voltadas para sanar essas dificuldades e criar oportunidades para os alunos em situações desfavoráveis terá um impacto positivo no combate às causas desse fenômeno, que tem levado muitos estudantes a abandonarem as unidades escolares sem concluir seus estudos obrigatórios.

Melhorar a qualidade do ensino, diminuir a desigualdade social e possibilitar que os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva são maneiras eficazes de combater a evasão escolar. No entanto, é importante reconhecermos que, por mais que a qualidade do ensino seja fundamental, não é o único fator que influencia a evasão. Questões sociais, econômicas e familiares desempenham papéis significativos na decisão dos alunos de abandonarem a escola. Para Patto (1997), é essencial a construção de um currículo diversificado,

relevante e significativo para os alunos. Por mais que isso seja importante, devemos lembrar que diferentes alunos têm diferentes interesses e necessidades educacionais. Um currículo único pode não atender a todos os estudantes, sendo fundamental considerar a diversidade de aprendizado.

A reprovação e a evasão escolar são: um fracasso produzido no dia a dia da vida na escola e na produção deste fracasso está envolvido aspectos estruturais e funcionais do sistema educacional, concepções de ensino e de trabalho e preconceitos e estereótipos sobre a sua clientela mais pobre. Estes preconceitos, no entanto, longe de serem umas características apenas dos educadores que se encontram nas escolas, estão disseminados na literatura educacional há muitas décadas, enquanto discurso ideológico, ao se pretender neutro e objetivo, participa de forma decisiva na produção das dificuldades de escolarização das crianças das classes populares (PATTO, 1997, p. 59).

Salientamos que a melhoria da qualidade do ensino requer investimentos em recursos essenciais, como formação de professores, entre outros, ressaltamos que a Seduc-GO, vem ofertando uma variedade de curso de formação de professores, essas formações pode ser um diferencial na política de enfrentamento a evasão escolar, e ressaltamos que, em algumas situações, mesmo com recursos limitados, alguns professores conseguem realizar um trabalho excepcional. Portanto, é fundamental valorizar esses profissionais, que enfrentam defasagem salarial há muito tempo. Eles cumprem importante papel no combate à evasão escolar, sendo a valorização uma política eficaz nesse sentido.

Patto (1997) destaca as responsabilidades da escola e dos educadores em relação à evasão escolar. Professores despreparados, com aulas monótonas, falta de domínio do conteúdo e dificuldade no controle da sala de aula podem causar desmotivação nos estudantes. Além disso, uma escola desestruturada, que não acolhe bem seus alunos e a comunidade, não acompanha o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem e a frequência dos alunos, pode influenciar negativamente os índices de evasão escolar.

No entanto, devemos considerar o papel dos alunos e de suas famílias na decisão de abandonar a escola. Questões como falta de motivação, problemas familiares, desinteresse e necessidades específicas dos alunos também fazem parte desse fenômeno, contribuindo para o fracasso educacional de muitos estudantes.

A qualidade do ensino e a relevância do currículo são fundamentais para combater a evasão escolar. A qualidade do ensino refere-se à eficácia e à

competência com que os conteúdos são transmitidos aos alunos, professores bem preparados, recursos didáticos adequados, metodologias de ensino inovadoras e um ambiente escolar acolhedor são elementos que contribuem significativamente para essa qualidade. Quando os alunos se sentem desafiados de forma positiva e reconhecem o valor do que estão aprendendo, há um maior engajamento e, conseqüentemente, uma menor probabilidade de evasão.

A relevância do currículo diz respeito à pertinência dos conteúdos ensinados em relação às necessidades e interesses dos alunos e ao contexto socioeconômico e cultural em que estão inseridos. Um currículo que aborda temas atuais e que prepara os alunos para os desafios do mundo real é mais provável de manter o interesse dos estudantes.

Esses fatores devem ser considerados para a formulação de políticas públicas eficazes contra o fracasso e a evasão escolar. No entanto, para enfrentar esses desafios de maneira abrangente, é imprescindível incluir aspectos socioeconômicos, familiares e individuais na análise da evasão escolar. Adotar uma perspectiva mais ampla é essencial para o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção e intervenção.

Assim sendo, o sistema educacional deve ser reconhecido como um reflexo das desigualdades sociais. Diante disso, para abordar o fracasso escolar de maneira eficaz, é necessário considerar esses fatores externos e implementar estratégias que levem em conta as diferenças socioculturais e econômicas, bem como as barreiras enfrentadas pelos alunos. Estudiosos do tema destacam a complexidade dessas questões e a necessidade de uma abordagem abrangente e integrada para compreender e resolver essa problemática de forma eficaz.

Sobre essa questão, Patto (2022) cita um estudo realizado pelo educador norte-americano Kimball, em 1959, sobre a evasão escolar no Brasil, destacando a visão equivocada que os teóricos tinham a respeito dos sistemas de ensino em países periféricos:

Em 1959, o educador norte-americano Kimball apresentava ao Diretor do INEP uma apreciação do ensino primário no Brasil; redigido originalmente em inglês, foi traduzido e publicado na RBEP em 1960. Partindo de uma sociologia e de uma antropologia do Brasil e do brasileiro, cheias de equívocos e típicas da visão dominante nos países imperialistas a respeito das características dos países do terceiro mundo, Kimball atribuía o fato de mais da metade das crianças brasileiras abandonarem a escola durante o primeiro ano primário às seguintes causas: grande número de professores

leigos, desinteresse do homem rural pela escola – ‘urge combater a inércia; a indiferença e até a hostilidades encontradas’ –, orientação deficiente no lar com relação aos estudos – ‘os pais precisam reconhecer a contribuição oferecida pela educação formal e pela assistência proporcionada pelos pais’ –, a subversão da função da escola, que a transformou em instituição meramente alfabetizadora, a falta de adaptação das modernas técnicas pedagógicas às classes inferiores, o despreparo de professores de classe média para educarem crianças de classe baixa e a predominância de mulheres no corpo docente (PATTO, 2022, p. 188).

Embora o educador americano Kimball tenha identificado problemas reais no sistema educacional brasileiro, sua análise é marcada por uma visão equivocada e incompleta, típica do pensamento imperialista da época. Essa perspectiva falha em reconhecer plenamente a profundidade e a diversidade dos desafios educacionais no país. Em vez disso, recai em culpabilizações simplistas e generalizações inadequadas.

Segundo Ferreira (2001 *apud* Silva, 2016), as causas da evasão escolar são diversas. Ao analisar os fatores que contribuem para a evasão, ele enfatiza que a escola que não atrai o aluno, o despreparo dos professores, o autoritarismo e a falta de motivação tornam essa instituição insuficiente, e os aprendizes, desmotivados. Estudantes indisciplinados e desinteressados podem abandonar a escola devido a problemas familiares conflituosos ou não, incluindo gravidez na adolescência, questões envolvendo saúde, violência, dentre outros.

Além disso, a falta de envolvimento dos pais e responsáveis, e o desinteresse em relação ao destino e à vida dos filhos, também contribuem para o processo de evasão escolar. Ferreira (2001 *apud* Silva, 2016) destaca ainda a questão social, apontando a incompatibilidade de horários entre trabalho e estudo, agressões entre alunos, violência e a existência de gangues como fatores determinantes para o fenômeno da evasão escolar.

É fato que a evasão escolar está associada a diversos fatores que podem influenciar a decisão de abandonar a escola. Vários estudiosos têm destacado a importância de uma análise ampla acerca desse problema, evitando uma abordagem fragmentada, para obter uma compreensão mais abrangente desse fenômeno.

De acordo com Cabral (2017), um ambiente familiar conflituoso e um ensino de má qualidade, dentre outros fatores, podem impulsionar a evasão escolar. Esse fenômeno não está relacionado apenas com questões internas da escola, mas também com a influência da família, as políticas governamentais e a atitude do

próprio aluno. Este pode estar desinteressado nos estudos ou não enxergar a utilidade de continuar a estudar para obter uma profissão no futuro, ou mesmo de concluir a educação básica. Portanto, a evasão escolar está ligada a um conjunto de fatores internos e externos à escola, incluindo famílias desestruturadas, currículos que não consideram a realidade do aluno, políticas públicas ineficazes, violência dentro e fora da escola e distorção idade-série.

Ferreira (2013) argumenta que a família é parte fundamental da sociedade e, por essa razão, a frequência e a permanência dos adolescentes nas escolas também são de sua responsabilidade. Nesse sentido, é imprescindível o esforço de proporcionar uma educação de qualidade. Se os pais não participarem da vida escolar dos filhos, provavelmente os índices de evasão escolar serão elevados. Essa participação, na visão do referido autor, consiste em diferencial significativo no processo de ensino-aprendizagem. Estudantes cujos pais ou responsáveis participam de reuniões pedagógicas, vivenciam a vida escolar dos filhos, acompanham a frequência escolar e o desempenho acadêmico tendem a ter mais sucesso na escola.

Freire (2005) enfatiza a importância de envolver os alunos de maneira crítica no processo de aprendizado. Os educandos devem ser incentivados a compreenderem a realidade em que vivem, identificarem problemas sociais e desenvolverem habilidades para transformar esses problemas. Isso pode ajudar a combater a evasão escolar, pois os alunos se tornam agentes ativos em sua própria educação. Esse envolvimento com a rotina escolar, as decisões e a organização da escola fortalece a interação dos estudantes com a instituição, tornando-os sujeitos ativos e participativos. Essa relação faz com que se sintam parte da escola, o que pode aumentar significativamente sua dedicação aos estudos, diminuindo, assim, os índices de evasão.

Como mencionado, muitos autores consideram que a evasão escolar está relacionada com vários fatores, tanto internos quanto externos à escola, incluindo fatores sociais e econômicos, como a pobreza, a falta de acesso a recursos e oportunidades, a exclusão social e famílias desestruturadas.

O diálogo tem se mostrado essencial em sala de aula, pois os professores devem criar espaços de diálogo aberto e participação ativa, fazendo com que os alunos se sintam valorizados e ouvidos. Dessa maneira, constrói-se um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo, o que pode reduzir as taxas de evasão escolar.

Reconhecer a cultura dos estudantes em sala de aula é particularmente relevante em contextos em que a evasão está relacionada com a falta de identificação cultural com o currículo escolar. A adaptação do ensino para incorporar a cultura dos alunos pode aumentar o engajamento e a permanência deles na escola.

Entendemos, dessa forma, que a evasão escolar pode ser reduzida através de uma pedagogia crítica que enfatiza a conscientização, o diálogo, a participação ativa dos alunos e a contextualização cultural. Essa abordagem crítica visa não apenas manter os alunos na escola, mas também capacitá-los a se tornarem cidadãos críticos e ativos em suas comunidades.

Jencks (2005) analisa as questões relacionadas com a evasão escolar e as desigualdades educacionais. Suas contribuições são fundamentais para o entendimento da complexa relação entre desigualdades socioeconômicas e o abandono escolar. Destacamos, nessa análise, a interação entre fatores individuais, familiares, escolares e sociais que contribuem para a evasão escolar, bem como a influência das políticas públicas, das estruturas de financiamento da educação e das práticas pedagógicas na perpetuação das desigualdades educacionais. Essa abordagem é essencial, uma vez que evidencia as disparidades raciais e socioeconômicas no contexto abordado, sublinhando a necessidade de considerar questões estruturais que afetam grupos marginalizados.

As contribuições de Jencks (2005) nos fazem refletir sobre a importância do enfrentamento das desigualdades educacionais como um componente essencial na luta para reduzir o abandono escolar. Suas perspectivas críticas e seu compromisso em abordar questões fundamentais tornaram-no uma voz influente na busca por um sistema educacional mais inclusivo e de qualidade.

Para Libâneo (2004), no sistema educacional brasileiro, a evasão escolar continua sendo um dilema complexo que afeta milhões de estudantes. As contribuições desse estudioso se destacam por oferecer uma perspectiva crítica e abrangente sobre as políticas públicas educacionais. Ele defende a importância da equidade na educação, argumentando que a qualidade do sistema educacional requer a criação de políticas públicas que considerem as desigualdades socioeconômicas e culturais. Suas contribuições têm influenciado a discussão sobre a importância de sistemas educacionais inclusivos que atendam às necessidades de todos os estudantes, independentemente de seu contexto de origem.

Charlot (2000), por sua vez, considera a evasão escolar um desafio complexo,

com implicações significativas para o desenvolvimento individual e para a sociedade como um todo. A evasão escolar resulta, em muitos casos, de uma desconexão entre os estudantes e o ambiente escolar, causada por diversos fatores, como a falta de motivação, a falta de sentido na aprendizagem ou a inadequação das práticas pedagógicas. O referido autor destaca a necessidade de uma abordagem mais individualizada e contextualizada no combate à evasão escolar, compreendendo as experiências e perspectivas dos alunos, levando em conta as trajetórias de vida, as culturas e os contextos socioeconômicos para desenvolver estratégias eficazes de prevenção. Ele defende a importância da formação de professores e da melhoria das práticas pedagógicas como meio fundamental para abordar o fenômeno, afirmando que os educadores desempenham papel crucial na promoção do engajamento dos alunos e na prevenção do abandono escolar.

Os estudos sobre evasão escolar, ao partirem de uma perspectiva centrada no aluno, nos levam a considerar a complexidade das experiências individuais na escola. Perspectivas críticas e a defesa de abordagens mais humanizadas na educação têm influenciado significativamente a maneira como educadores e pesquisadores abordam a questão, com o objetivo de criar ambientes de aprendizagem mais inclusivos e significativos para todos os estudantes.

Nesse contexto, as contribuições de Gatti e Barreto (2009) são amplamente reconhecidas e respeitadas, influenciando políticas educacionais, formações e práticas pedagógicas em todo o Brasil. No contexto da educação brasileira, a evasão escolar é um desafio persistente que afeta milhões de estudantes. Nesse sentido, a formação de professores, com metodologias inovadoras e uma didática mais atualizada, que possa envolver os alunos no cotidiano escolar, pode ter um impacto significativo na diminuição dos índices de evasão escolar.

Sabemos da importância das políticas públicas e do financiamento da educação no combate à evasão escolar. O investimento adequado na educação é fundamental para criar escolas mais inclusivas e fornecer suporte eficaz aos alunos em risco. Com relação a isso, Gatti e Barreto (2009) abordam a formação de professores e o aprimoramento das práticas pedagógicas, destacando a necessidade de uma educação de qualidade, de professores bem-preparados e de métodos de ensino que promovam o engajamento dos alunos.

Portanto, as suas contribuições sobre formação de professores revelam a importância dos docentes em detectar alunos com possibilidades de evasão escolar.

Docentes com formações específicas podem intervir e evitar que o estudante abandone a escola. Ainda, é necessário que a estrutura escolar considere não apenas os números, mas também as histórias e as experiências dos envolvidos.

Neri (2009), pesquisador no campo das políticas públicas e da economia no Brasil, é conhecido por suas extensas pesquisas e contribuições para a compreensão das questões socioeconômicas, incluindo a evasão escolar. Suas análises críticas e sua expertise em dados econômicos têm lançado luz sobre os fatores econômicos que impactam a evasão escolar no país. Suas contribuições são valiosas para o estudo da evasão escolar, e suas pesquisas têm influenciado a compreensão e o enfrentamento dessa problemática.

Em um contexto em que a educação é fundamental para o desenvolvimento pessoal e econômico, a evasão escolar representa um obstáculo significativo. A investigação dos aspectos econômicos relacionados com esse fenômeno tem fornecido material valioso para políticos, educadores e pesquisadores. As principais contribuições residem na identificação das desigualdades socioeconômicas e seu impacto na evasão escolar.

Os achados das pesquisas de Neri (2009) fornecem uma visão profunda das barreiras econômicas que os alunos enfrentam, incluindo questões como acesso a recursos educacionais, condições de vida e oportunidades econômicas. O autor também examinou a relação entre a pobreza e a evasão escolar, destacando como a falta de recursos financeiros pode influenciar a decisão dos alunos de deixar a escola prematuramente. Essas análises econômicas têm ajudado a contextualizar a importância da educação na mobilidade social e econômica das famílias.

Sposito e Galvão (2004) adotam uma abordagem sociológica em suas pesquisas, considerando não apenas fatores individuais, como também aspectos sociais e estruturais que influenciam a permanência ou saída dos alunos da escola. As autoras enfatizam a importância de analisar o contexto social, econômico e cultural em que os alunos estão inseridos. Uma de suas principais contribuições é advinda da análise das desigualdades sociais e seu impacto na evasão escolar. Elas destacam como fatores socioeconômicos, como a pobreza, o acesso limitado a recursos educacionais e a falta de apoio familiar, podem contribuir significativamente para a evasão.

Sposito e Galvão (2004) investigam as trajetórias escolares dos alunos, identificando os momentos críticos em que a evasão ocorre com maior frequência.

Isso inclui a transição entre ciclos educacionais, a escolha da carreira e as mudanças de escola, momentos em que os alunos podem enfrentar desafios que os levam a abandonar a instituição. As autoras também analisam o impacto das políticas educacionais nas taxas de evasão escolar e tratam de outras questões, como políticas públicas, expansão do Ensino Médio e programas de combate à evasão que podem afetar a permanência dos estudantes na escola.

Sobre o clima escolar e a experiência dos alunos, Sposito e Galvão (2004) pontuam que:

Três momentos caracterizaram o trabalho de investigação junto aos alunos. O primeiro ocorreu em outubro de 2001 quando 2.093 estudantes, isto é, 73% do total de alunos da escola, responderam a um longo questionário que buscou verificar suas percepções em torno do clima escolar em seus principais aspectos: processo de ensino e aprendizagem, interações sociais, justiça e violência. O segundo momento, durante os meses de março e abril de 2002, foi marcado por um trabalho com grupos de alunos voluntários que analisaram e debateram os resultados principais do questionário, produzindo uma outra figura do clima escolar. Foram realizados cinco encontros com cada um dos dois grupos formados. Finalmente, a terceira etapa foi realizada por meio de onze entrevistas individuais com alunos que haviam participado dos grupos (SPOSITO; GALVÃO, 2004, p. 351).

As autoras questionam as estruturas e as práticas educacionais que podem contribuir para a exclusão de grupos vulneráveis, buscando identificar a responsabilidade das escolas e das políticas públicas na prevenção da evasão escolar. Suas contribuições são baseadas em pesquisas empíricas e estudos de campo, o que torna suas análises fundamentadas em dados reais e experiências de alunos e comunidades.

As pesquisas empíricas e estudos de campo empreendidos por Sposito e Galvão (2004) fundamentam as análises com dados reais e experiências de alunos, famílias e educadores. Consideram as particularidades regionais e locais que podem afetar a evasão escolar, reconhecendo que as soluções podem variar dependendo do contexto.

Essas análises cumprem papel importante no aprofundamento da compreensão da evasão escolar no contexto brasileiro, destacando as desigualdades sociais, as políticas educacionais e os fatores socioeconômicos que afetam a permanência dos alunos na escola. E ainda, contribuem para orientar políticas e práticas que visam reduzir a evasão e promover uma educação mais inclusiva e participativa.

É importante ponderarmos que, embora as desigualdades socioeconômicas influenciem a evasão escolar, esta problemática não se resume a isso, visto que a evasão envolve uma interação complexa de fatores, incluindo questões familiares, acadêmicas, culturais, políticas, pessoais. Portanto, é importante abordarmos esse fenômeno em uma escala de maior abrangência.

Não podemos generalizar a evasão escolar como resultado da falta de motivação dos alunos. Muitos daqueles que evadem enfrentam obstáculos significativos que afetam sua capacidade de frequentar a escola, como problemas de saúde, dificuldades de aprendizagem, falta de apoio familiar, trabalho, gravidez, drogas e violência. Por conseguinte, ao generalizarmos o fenômeno podemos cair em imprecisão na análise.

Sabemos que as escolas e os educadores desempenham papel importante na prevenção da evasão escolar, mas essa responsabilidade não deve recair exclusivamente sobre eles. A prevenção da evasão requer uma abordagem colaborativa que envolve famílias, comunidades, políticas governamentais e outros fatores para criar um ambiente de apoio abrangente para os alunos. Isso porque, a evasão escolar pode variar significativamente de um contexto para outro, sendo as causas influenciadas por fatores culturais, sociais e econômicos específicos de cada região. Portanto, abordagens eficazes de prevenção e intervenção devem considerar a diversidade de contextos em que esses estudantes estão inseridos.

Podemos afirmar a priori que a evasão escolar é um fenômeno complexo que não pode ser explicado por uma única perspectiva. É importante abordarmos o problema a partir de uma perspectiva ampla, reconhecendo a diversidade de fatores que o influenciam e adotando estratégias de prevenção e intervenção flexíveis e contextuais.

Arroyo (1993) argumenta que a diferença de classe social é um dos principais fatores para o fracasso escolar nas camadas populares. Para o autor, a escola das classes trabalhadoras vem fracassando em todo lugar. Assim, não são as diferenças de clima ou de região que determinam as grandes diferenças entre uma escola possível ou impossível, e sim as diferenças de classe. Nesse contexto, as políticas oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar, apresentando os problemas e soluções através de políticas regionais e locais. A evasão escolar tem uma ligação direta com as classes populares, afetando o desempenho desses alunos e levando-os a abandonarem a escola para entrarem no mercado de trabalho

sem concluírem a educação básica.

Seguindo essa perspectiva, a evasão escolar afeta grande parcela dos jovens de baixa renda, que enfrentam uma variedade de obstáculos para permanecerem na escola. Eles entram precocemente no mercado de trabalho, têm familiares ausentes da vida escolar e não recebem acompanhamento do desempenho escolar ou monitoramento das faltas.

Ferreira (2013) classifica a evasão escolar de acordo com fatores determinantes internos e externos: escola não atrativa, autoritária, professores despreparados, alunos desinteressados e indisciplinados, problemas de saúde, gravidez, pais que não acompanham a vida escolar dos filhos, dificuldade de conciliar os estudos com o trabalho e violência. Essa reflexão mais ampla sobre o problema da evasão revela que esses fatores são determinantes no aumento da evasão escolar.

3.3 FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NOTURNO

Ao considerarmos a complexidade e a amplitude dos fatores determinantes da evasão escolar, entendemos que esta não pode ser investigada isoladamente, desvinculada dos contextos histórico, político e socioeconômico. A evasão não deve ser considerada como um fim em si mesma, como se possuísse existência própria. Para compreendê-la, é necessário analisarmos tanto as macros quanto as microdeterminações, ou seja, as questões específicas que influenciam o educando durante seu processo de escolarização.

Diferentes teóricos têm analisado essa questão sob diversas perspectivas, enfatizando a importância de compreendermos não apenas os fatores educacionais, mas também os contextos socioculturais e econômicos que contribuem para a evasão escolar.

Freire (2013) enfatizou a importância da pedagogia crítica e da conscientização. Com base em sua abordagem, entendemos que a evasão escolar também está vinculada à falta de conexão entre o currículo escolar e o cotidiano dos alunos. Quando os conteúdos não estão relacionados com as experiências e as realidades dos estudantes, estes podem perder o interesse pela escola e optar por

evadir-se, interrompendo seus estudos. Portanto, a adaptação do currículo escolar para atender a um público diversificado, incorporando a realidade dos estudantes, é fundamental para o controle da evasão.

Com base no pensamento de Durkheim (2014), podemos afirmar que a evasão escolar é um sintoma de disfunção social, surgindo quando a sociedade não proporciona oportunidades educacionais equitativas para todos os seus membros. Isso pode resultar em alienação e desinteresse pela escola, levando ao fracasso acadêmico e, conseqüentemente, à evasão escolar. Assim, é crucial que a escola cumpra seu papel na sociedade ao disseminar conhecimento de maneira ampla e igualitária entre todos os alunos. Para enfrentar esse desafio, a comunidade escolar deve engajar alunos, pais e a sociedade em geral no processo de ensino-aprendizagem.

Sposito e Galvão (2004) destacam a relação entre políticas educacionais inadequadas e a evasão escolar, enfatizando que a falta de investimento em escolas localizadas em áreas vulneráveis pode ampliar e perpetuar este problema. Além disso, diferenças culturais entre o ambiente escolar e o contexto familiar são fatores significativos a serem considerados, contribuindo para a evasão escolar. Políticas públicas quando mal planejadas e executadas podem dificultar o combate à evasão, aumentando os índices de alunos que abandonam os estudos.

Patto (2022) ressalta que a qualidade da gestão escolar, incluindo a maneira como a escola interage com a comunidade e aborda a diversidade cultural, exerce uma influência significativa na retenção dos alunos. Uma gestão eficaz pode criar um ambiente escolar acolhedor e inclusivo, reduzindo as taxas de evasão. Nesse sentido, a boa gestão escolar é fundamental para mitigar a evasão, impactando diretamente na redução desses índices quando planejada e implementada de maneira eficiente.

Charlort (2000) considera que as desigualdades sociais e culturais, como pobreza, a discriminação e a falta de acesso a recursos educacionais, relacionam-se diretamente com a evasão escolar. Além disso, as expectativas e normas culturais dentro das comunidades influenciam a decisão dos alunos de permanecerem na escola ou evadirem. Notamos, portanto, que a evasão escolar é um fenômeno complexo, resultado da interação de diversos fatores sociais e culturais que moldam as experiências e as trajetórias dos alunos no ambiente educacional.

Em suma, com base nos teóricos abordados, podemos afirmar que a evasão

escolar resulta de uma combinação complexa de fatores sociais, econômicos e culturais. Para enfrentar este desafio, é essencial uma abordagem abrangente e integrada, que considere não apenas os aspectos educacionais, mas também as desigualdades sociais, a relevância do currículo, as políticas públicas educacionais e a qualidade da gestão escolar. Ao abordar esses determinantes de forma integrada, é possível desenvolver estratégias mais eficazes para reduzir a evasão escolar e promover uma educação de qualidade e inclusiva.

3.4 DETERMINANTES SOCIAIS E CULTURAIS

Os determinantes sociais referem-se às condições econômicas, sociais e políticas nas quais os alunos estão inseridos, abrangendo pobreza, desigualdades econômicas, falta de acesso a serviços básicos, discriminação racial e étnica, além da ausência de suporte governamental adequado para comunidades marginalizadas. Quando esses fatores se tornam opressivos, podem criar barreiras significativas para a participação plena na educação formal, levando os alunos à evasão escolar. Por outro lado, os determinantes culturais envolvem normas, valores, crenças e práticas dentro de diferentes comunidades. Barreiras linguísticas e diferenças culturais entre o ambiente escolar e familiar podem dificultar a comunicação e a participação dos alunos, resultando na evasão escolar.

Ao discutirmos os determinantes sociais e culturais da evasão escolar, é importante considerarmos a complexidade desses fatores que permeiam as condições sociais, econômicas e culturais que moldam a vida dos alunos. Compreender e abordar esses fatores de maneira abrangente pode facilitar o desenvolvimento de políticas e práticas educacionais mais inclusivas e eficazes, reduzindo a evasão escolar e proporcionando oportunidades educacionais igualitárias para todos os alunos.

Os determinantes da evasão escolar devem ser analisados dentro de um contexto mais amplo de desigualdades sociais, econômicas e culturais. É essencial compreendermos esse conjunto complexo de elementos, que inclui não apenas as condições socioeconômicas das famílias, mas também aspectos culturais e estruturais que permeiam o sistema educacional. Esses determinantes sociais podem envolver a falta de acesso a serviços básicos como saúde e saneamento, condições precárias de moradia, violência familiar e comunitária, além de

deficiências na oferta de uma educação de qualidade.

Por fim, os determinantes culturais identificados por Sposito e Galvão (2004) abrangem normas, valores e práticas dentro das comunidades, bem como expectativas em relação à educação formal. Esses aspectos incluem questões de gênero, discriminação racial e étnica, e desigualdades linguísticas e culturais. Quando a escola não reconhece e não lida eficazmente com essas diversidades culturais, os estudantes podem sentir-se alienados e desmotivados, o que contribui para a evasão escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, é fundamental reconhecermos que as causas da evasão escolar são complexas e interligadas. Dentre os fatores mais comuns, destacam-se as condições socioeconômicas desfavoráveis, a falta de apoio familiar, a baixa qualidade do ensino e a necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho. E mais, a violência e a insegurança nas escolas, a desmotivação causada por currículos pouco atrativos e a carência de infraestrutura adequada também desempenham papéis cruciais na decisão dos jovens de evadirem-se da escola.

Durante este estudo, abordamos o tema da evasão escolar no Ensino Médio noturno com base em pensadores renomados, destacando desafios distintos e áreas críticas, como desigualdades socioeconômicas, qualidade do ensino, políticas educacionais e influências sociais. Identificamos um panorama complexo que contribui significativamente para a evasão nessa modalidade de ensino. Os alunos que abandonam a escola enfrentam maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, possuem renda menor, e ao longo da vida estará exposto a violência e a criminalidade. Além disso, a evasão escolar contribui para o aumento da desigualdade social e perpetua o ciclo de pobreza.

Para enfrentar essa questão, é imprescindível que políticas públicas abrangentes e integradas sejam implementadas. Tais políticas devem incluir medidas como a ampliação e a melhoria da assistência social às famílias de baixa renda, a valorização e a capacitação contínua dos professores, a reformulação dos currículos para torná-los mais relevantes e atrativos, e o investimento em infraestrutura escolar. Além disso, entendemos que seja fundamental promover programas de orientação e apoio psicológico para os estudantes, bem como fortalecer as parcerias entre escola, família e comunidade em geral. Essas ações podem contribuir para a redução da evasão escolar, especialmente durante o Ensino Médio, uma fase crítica na trajetória educacional dos jovens, quando estão começando a entrar no mercado de trabalho e enfrentam desafios adicionais que aumentam os índices de evasão.

É importante destacarmos que a transformação do Ensino Médio brasileiro requer uma abordagem integrada, envolvendo governo, escolas, famílias e a sociedade em geral, de modo a assegurar que todos os estudantes tenham a oportunidade de concluir seus estudos e buscar melhores qualificações no mercado

de trabalho.

A evasão escolar nessa etapa de ensino consiste em um desafio complexo que merece atenção especial. Para o enfrentamento desse fenômeno, é essencial adotar abordagens abrangentes que considerem não apenas questões acadêmicas, como também fatores socioeconômicos, emocionais e culturais. Investir em programas de suporte aos estudantes, orientação vocacional e parcerias com a comunidade pode ser fundamental para criar um ambiente educacional mais inclusivo e motivador. Ao reconhecermos as diversas causas da evasão escolar e implementar estratégias integradas, podemos trabalhar para garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de completar a educação básica e prosseguir para o ensino superior.

O presente estudo evidenciou que analisar a evasão escolar de maneira fragmentada pode levar a uma visão distorcida do problema. A criação do programa "Busca Ativa" pela Seduc-GO, por exemplo, é uma ação bastante promissora. Se implementado e desenvolvido corretamente pelos órgãos competentes, poderá gerar resultados significativos. Isso porque, intervenções precoces visam identificar sinais de desmotivação ou dificuldades dos alunos antes que a evasão se torne inevitável. Além disso, é consenso a imprescindibilidade em abordar as disparidades socioeconômicas que contribuem para a evasão, buscando formas de garantir igualdade de oportunidades educacionais para todos os estudantes, independentemente de sua classe social.

Alguns programas, como os de incentivo à permanência escolar, lançados pelo governo federal em 2024, bolsas de estudo oferecidas por alguns governos estaduais e projetos de busca ativa, são iniciativas que podem ajudar a reduzir a evasão escolar no país.

Salientamos que abordar a evasão escolar no Ensino Médio noturno também requer discussões sobre currículo e métodos pedagógicos, reconhecendo a importância de tornar o aprendizado mais relevante e envolvente para os alunos, transformando o ambiente escolar em um espaço mais acolhedor e atraente para os jovens em geral.

Vimos no decorrer do estudo que não há um fator único determinante da evasão escolar, e sim uma combinação de diversos fatores internos e externos. Dentre os fatores internos, estão aulas que não se conectam com a realidade dos alunos, currículos que não atendem à diversidade estudantil e infraestrutura escolar

deficiente. Os fatores externos incluem alunos em defasagem idade-série, violência, drogas, gravidez na adolescência e trabalho precoce. Diante disso, ações para reduzir a evasão escolar devem incluir desde intervenções diretas, como a criação de um ambiente escolar mais participativo e acolhedor, até mudanças mais amplas na estrutura socioeconômica que impactam a educação.

Ressaltamos que as discussões sobre evasão escolar no Ensino Médio noturno refletem a complexidade do problema e a necessidade de abordagens abrangentes que vão além das questões acadêmicas, incluindo aspectos socioeconômicos, emocionais e culturais. Dessa forma, é fundamental a implementação de intervenções preventivas que identifiquem precocemente os fatores de risco, de modo que estratégias eficazes de apoio aos alunos sejam aplicadas. Isso envolve programas de suporte psicossocial, orientação vocacional e parcerias com a comunidade.

Além disso, a implementação de políticas públicas educacionais é essencial para enfrentar as desigualdades estruturais, garantindo igualdade de acesso e oportunidades para todos os estudantes. A diversificação dos currículos e o desenvolvimento de métodos pedagógicos mais envolventes são fundamentais para manter os alunos motivados no processo de ensino-aprendizagem.

É importante sublinharmos que as consequências da evasão escolar são complexas e abrangentes. A curto prazo, os estudantes perdem a oportunidade de adquirir conhecimentos essenciais para a formação pessoal e profissional. A longo prazo, a evasão contribui para a perpetuação do ciclo de pobreza, aumentando as taxas de desemprego e subemprego, além de limitar a capacidade dos indivíduos de participarem plenamente na sociedade.

Os teóricos abordados durante este estudo ressaltam a importância de compreender os determinantes internos e externos da evasão escolar, incluindo desigualdades estruturais, metodologias de ensino inadequadas, falta de interação professor-aluno e recursos financeiros e culturais insuficientes. Desse modo, muitos advogam a favor de uma abordagem pedagógica mais participativa e centrada no aluno, a fim de mitigar o desinteresse desses sujeitos e reduzir as taxas de evasão.

Além disso, é imprescindível o desenvolvimento de políticas e currículos educacionais que levem em consideração as especificidades culturais e sociais de diferentes comunidades. Abordagens uniformes podem não ser eficazes em atender às necessidades específicas de grupos de alunos em diferentes regiões. Portanto, é

fundamental adaptar as estratégias educacionais para abordar as particularidades locais e promover um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e relevante.

Com base no exposto, podemos afirmar que o combate à evasão escolar no Ensino Médio noturno requer um esforço coletivo e coordenado que aborde as inúmeras dimensões do problema. Somente com um compromisso firme com a educação de qualidade será possível garantir que todos os jovens tenham a oportunidade de concluir seus estudos e contribuir plenamente para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, igualitária e participativa.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Reforma do Ensino Médio ignorou comunidade escolar, aponta debate.** 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/05/17/reforma-do-ensino-medio-ignorou-comunidade-escolar-aponta-debate>. Acesso em: 28 out. 2023.

ARROYO, M. G. Educação e exclusão da cidadania. *In*: BUFFA, E.; ARROYO, M. G.; NOSELLA, P. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993. p. 31-80.

AZEVEDO, F. V. M. de. **Causas e consequências da evasão escolar no ensino de jovens e adultos na escola municipal Expedito Alves.** 2011. Disponível em: http://webserver.falnatal.com.br/revista_nova/a4_v2/. Acesso em: 8 nov. 2023.

BAETA, A. M.; ROCHA, A.; BRANDÃO, Z. O fracasso escolar: o estado do conhecimento sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil (1971-1981). **Em Aberto**, v. 1, n. 6, p. 1-6, maio, 1982.

BOURDIEU, P. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura.** Tradução: Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: UFSC, 2014.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL. Decreto-lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 10 abr. 1942. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4244.htm. Acesso em: 29 jul. 2023.

BRASIL. Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 11 set. 2023.

BRASIL. Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm#:~:text=Nos%20estabelecimentos%20oficiais%2C%20o%20ensino,Art. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF, 22 set. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 set. 2023.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 22 nov. 2023.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 02 out. 2023.

BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 01 nov. 2023.

BRASIL. Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 03 out. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Para lei escolar do Império, meninas tinham menos capacidade intelectual que meninos**. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/nas-escolas-do-imperio-menino-estudava-geometria-e-menina-aprendia-corte-e-costura>. Acesso em: 30 ago. 2023.

BRASIL. Medida Provisória n.º 1.164, de 2 de março de 2023. Institui o Programa Bolsa Família e altera a Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e a Lei n.º 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 mar. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/mpv/mpv1164.htm. Acesso em: 02 set. 2023.

BRASIL. Lei n.º 14.818, de 16 de janeiro de 2024. Institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público; e altera a Lei n.º 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei n.º 14.075, de 22 de outubro de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jan. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14818.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.818%2C%20DE%2016%20DE%20JANEIRO%20DE%202024&text=Institui%20incentivo%20financeiro%20Deducacional%2C%20na,22%20de%20outubro%20de%202020. Acesso em: 01 mar. 2024.

CABRAL, C. G. da L. **Evasão Escolar: o que a escola tem a ver com isso?** 2017. 27 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Especialista em Educação e Direitos Humanos) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

CURY, C. R. J. **O direito à educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola**. Brasília: Escola de Gestores, 2005.

DURKHEIM, É. **Educação e sociologia**. Tradução: Stephania Matousek. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **Combate à Evasão no Ensino Médio**: desafios e oportunidades. 2023. Disponível em:

https://evasaoescolar.firjan.com.br/sites/default/files/arquivos/Sumario_Executivo_web.pdf. Acesso em: 30 nov. 2023.

FERREIRA, F. A. **Fracasso e evasão escolar**. 2013. Disponível em: <http://educador.brasilecola.com/orientacao-escolar/fracasso-evasaoescolar>. Acesso em: 22 out. 2023.

FERREIRA, L. A. M. **Direito da criança e do adolescente**: direito fundamental à educação. Presidente Prudente, SP: AFIPP, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da Educação Básica na idade certa**: direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes. Brasília: UNICEF, 2012.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. de S. (Coords.). **Professores do Brasil**: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009.

GOVERNO DE GOIÁS. **Taxa de evasão escolar cai 54% em Goiás**. 2023. Disponível em: <https://goias.gov.br/taxa-de-evasao-escolar-cai-54-em-goias/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

GOVERNO DO PARÁ. **Reencontro com a escola**. 2022. Disponível em: <https://www.sectet.pa.gov.br/not%C3%ADcias/reencontro-com-escola>. Acesso em: 29 jun. 2023.

GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. Lei n.º 1.009, de 25 de novembro de 2011. Cria os Programas Renda Melhor e Renda Melhor Jovem, no âmbito do plano de superação da pobreza extrema do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, 25 nov. 2011. Disponível em:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/6badb0c1cc227dbe8325795d006fcbae?OpenDocument>. Acesso em: 29 jun. 2023.

GUIMARÃES, A. M.; LIMA, A. F. R. **Determinação de fatores associados ao abandono escolar**: uma análise do Ensino Médio Goiano. Goiânia: SEGPLAN, 2018.

INSPER. **Pesquisa e curso do Insper abordam como combater a evasão escolar no Ensino Médio**. 2023. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/noticias/pesquisa-e-curso-do-insper-abordam-como-combater-a-evasao-escolar-no-ensino-medio/>. Acesso em: 15 out. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **11,8% dos jovens com menores rendimentos abandonaram a escola sem concluir a educação básica em 2018.** 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25885-11-8-dos-jovens-com-menores-rendimentos-abandonaram-a-escola-sem-concluir-a-educacao-basica-em-2018>. Acesso em: 10 ago. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **MEC e Inep divulgam resultados do Saeb e do Ideb 2021.** 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/saeb/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-saeb-e-do-ideb-2021>. Acesso em: 09 out. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **MEC e INEP divulgam resultados do Censo Escolar 2023.** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-escolar-2023>. Acesso em: 27 mar. 2024.

INSTITUTO SOU DA PAZ. **Brasil teve 24 ataques a escolas; mais da metade nos últimos 4 anos.** 2023. Disponível em: <https://soudapaz.org/noticias/agencia-brasil-brasil-teve-24-ataques-a-escolas-mais-da-metade-nos-ultimos-4-anos/>. Acesso em: 10 out. 2023.

JENKS, C. O corpo e a infância. *In*: CHRISTENSEN, P.; ALLISON, J. (Orgs.). **Investigação com crianças: perspectivas e práticas.** Porto: Paula Frassinetti, 2005. p. 73-96.

KRAWCZYK, N. O Ensino Médio no Brasil. **Revista Profissão Docente**, v. 9, n. 19, p. 9, 2009.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítica-social dos conteúdos.** 8. ed. São Paulo: Loyola, 1989.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 5. ed. rev. e ampl. Goiânia: Alternativa, 2004.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NASCIMENTO, M. N. M. Ensino Médio no Brasil: determinações históricas. **Publicatio UEPG: Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes**, v. 15, n. 1, p. 77-87, jun. 2007.

NERI, M. C. **Tempo de permanência na escola e as motivações dos sem-escola.** Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009.

PARO, V. H. **Administração escolar.** São Paulo: Cortez, 2001.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1997.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia.** 5. ed. São Paulo: USP, 2022.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA (PNAD). **Abandono e Evasão Escolar**. 2022. Disponível em: https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/educacao-em-numeros/analises-integradas/abandono-e-evasao-escolar/5/38/116;1/PNAD-GB-PJFESC-UF-ANO_FRQESC_IDADE_REGIAO_0/BRA. Acesso em: 18 out. 2023.

QUEIROZ, C. M.; ALVES, L. A.; SILVA, R. R.; SILVA, K. N.; MODESTO, R. V. Evolução do ensino médio no Brasil. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL: ESTADO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO TEMPO PRESENTE, 5., 2009, Uberlândia. **Anais** [...]. Minas Gerais: UFU, 2009. p. 1-15.

QUEIROZ, L. D. Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar a inclusão social. **25ª Reunião anual da Anped**, v. 1, n. 1, p. 1-10, set./out. 2002.

QUEIROZ, L. D. **Um estudo sobre a evasão escolar**: para se pensar na evasão escolar. 2011. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/25/lucileidedomingosqueirozt13.rtf>. Acesso em: 19 out. 2023.

RUMBERGER, R. W. **Dropping Out: Why Students Drop Out of High School and What Can Be Done about It**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL. **Governo reformula programa para combater evasão escolar e lança iniciativa voltada para empregabilidade jovem**. 2023. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/governo-reformula-programa-para-combater-evasao-escolar-e-lanca-iniciativa-voltada-para-empregabilidade-jovem>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SIBÍLIA, P. **Redes ou paredes**: a escola em tempos de dispersão Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SILVA, M. J. D. As causas da Evasão Escolar: estudo de caso de uma escola pública de Ensino Fundamental no município de Acará/PA. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 2, n. 6, p. 367-378, maio/ago. 2016.

SPOSITO, M. P.; GALVÃO, I. A experiência e as percepções de jovens na vida escolar na encruzilhada das aprendizagens: o conhecimento, a indisciplina, a violência. **Perspectiva: Revista do Centro de Ciências da Educação**, v. 22, n. 2, p. 345-380, jul./dez. 2004.

TRINDADE, M. F. B.; OLIVEIRA, F. L. Idosos na EJA: fatores que motivam a inclusão e permanência. **Trivium: Revista Eletrônica Multidisciplinar**, v. 6, n. 2, p. 254-264, set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG). **Nota do Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos**. 2023. Disponível em: <https://fe.ufg.br/n/169682-nota-do-forum-goiano-de-educacao-de-jovens-e-adultos>. Acesso em: 15 out. 2023.